

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS FLORIANÓPOLIS CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
CURSO HISTÓRIA

Marko de Azevedo Pelagio

**A GUERRA DO PARAGUAI E O DEBATE CIVILIZACIONAL EM TORNO DO
CONFLITO**

Florianópolis

2021

MARKO DE AZEVEDO PELAGIO

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do Título de Bacharel e Licenciado em História
Orientador: Professor. Dr. Paulo Pinheiro Machado

**A GUERRA DO PARAGUAI E O DEBATE CIVILIZACIONAL EM TORNO DO
CONFLITO**

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Pelagio, Marko

A Guerra do Paraguai e o debate civilizacional em torno
do conflito / Marko Pelagio ; orientador, Paulo Pinheiro
Machado, 2021.

78 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de
Filosofia e Ciências Humanas, Graduação em História,
Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. História. 2. Guerra do Paraguai. 3. Civilização. 4.
Barbarie. 5. Jornais. I. Machado, Paulo Pinheiro. II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
História. III. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
Campus Universitário Trindade
CEP 88.040-900 Florianópolis Santa Catarina
FONE (048) 3721-9249 - FAX: (048) 3721-9359

Atesto que o acadêmico **Marko de Azevedo Pelagio**, matrícula n.º15201358, entregou a versão final de seu TCC cujo título é "A Guerra do Paraguai e o debate civilizacional em torno do conflito", com as devidas correções sugeridas pela banca de defesa.

Florianópolis, 15 de fevereiro de 2021.



Documento assinado digitalmente
Paulo Ribeiro Machado
Data: 15/02/2021 16:47:38-0300
CPF: 415.676.390-68

Orientador(a)



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos 10 dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, às 13 horas, por meio do ambiente virtual *Google Meet*, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelos seguintes membros, Prof. **Paulo Pinheiro Machado** (Orientador e Presidente); Prof. **Rodrigo Bragio Bonaldo** (Titular); Prof. **Gabriel Goulart Barboza** (Suplente), designados pela Portaria TCC nº 01/HST/CFH/2021, a fim de arguirem o Trabalho de Conclusão de Curso do acadêmico **Marko de Azevedo Pelagio**, intitulado: “A Guerra do Paraguai e o debate civilizacional em torno do conflito”. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, o mesmo foi arguido pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas, pelos membros da banca as seguintes notas: Prof. **Paulo Pinheiro Machado**, nota 8,5; Prof. **Rodrigo Baggio Bonaldo**, nota 8,5; Prof. **Gabriel Goulart Barboza**, nota 8,5; sendo o acadêmico aprovado com a nota final 8,5. O acadêmico deverá entregar na Coordenadoria do Curso de Graduação em História em versão digital, o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, até o dia 17 de fevereiro de 2021. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pelo candidato.

Florianópolis, 10 de fevereiro de 2021



Documento assinado digitalmente
Paulo Pinheiro Machado
Data: 10/02/2021 15:15:28-0300
CPF: 415.676.840-68

Prof. (Orientador):.....



Documento assinado digitalmente
Rodrigo Bragio Bonaldo
Data: 10/02/2021 15:16:10-0300
CPF: 006.985.030-58

Prof. (Titular):.....



Documento assinado digitalmente
Gabriel Goulart Barboza
Data: 11/02/2021 13:19:34-0300
CPF: 089.216.239-22

Prof.(Suplente):.....



Documento assinado digitalmente
Marko de Azevedo Pelagio
Data: 12/02/2021 20:35:19-0300
CPF: 093.511.449-17

(Candidato(a)):.....

Este trabalho é dedicado a minha família, em especial à minha mãe, minha avó e minha irmã.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em especial minha família e amigos por me insentivarem a nunca desistir do curso. Aos colegas de faculdade, quero deixar registradas as grandes amizades que fiz no curso e que continuarão para além da UFSC. Jean Carlos e Gabriela, meus primeiros amigos no curso e pessoas que tenho muito carinho e apenas a agradecer pela grande amizade que criamos. Catiúscia, pelas risadas, caronas e aventuras nesses anos que passamos juntos, anos de muitos “conflitos de conflitos”. Leonardo, Magno, Guilherme e Rodrigo pela parceria nesses semestres de trabalhos em grupo e bares. Aos demais colegas de 2015.2 e aos outros que fiz durante o curso por todo tempo que estivemos e, é claro aos meus professores e meu orientador de TCC por estarem sempre disponíveis e empenhados em dar o seu máximo nas aulas e nos auxílios de trabalho.

Resumo: Este trabalho busca destacar os aspectos do debate civilizacional evidenciados durante a Guerra do Paraguai. Esse debate serviu muito para legitimar atitudes bélicas de um país contra o outro, cujos argumentos para a guerra giravam em torno de “civilizar os povos atrasados” e “libertá-los da opressão”. Narrativas sobre democracia e liberdade foram usadas como acusações de um país contra o outro, em destaque para o Brasil e Paraguai. Os documentos aqui utilizados são de predominância jornalística, cujas pesquisas foram realizadas na hemeroteca brasileira, onde jornais tanto do Paraguai quanto da Argentina do período do conflito estão presentes. O trabalho vai além, evidenciando a formação nacional da região do Prata e as bases em que esses países se legitimaram perante seu povo, além de debater como eles se enxergavam perante o mundo e aos seus vizinhos. É evidente, como a leitura dos documentos, que a taxação de seus adversários na guerra como “bárbaros” era uma forma depreciativa, além de legitimar a ação dos “civilizados” que tem o dever de “libertar” o outro povo da “opressão”.

Palavras-chave: Guerra Paraguai, bárbarie, civilização.

ABSTRACT

This paper seeks to highlight aspects of the civilizational debate that emerged during the Paraguayan War. This debate served to legitimize some attitudes of one country against the other, whose arguments for war revolved around "civilizing backward peoples" and "liberating them from oppression". Narratives about democracy and freedom were used as accusations by one country against the other, with emphasis on Brazil and Paraguay. The documents used here are predominantly journalistic, whose research was carried out in the Brazilian newspaper library, where newspapers from both Paraguay and Argentina during the conflict are present. The work goes further, showing the national formation of Prata and the bases on which these countries legitimized themselves in front of their people, in addition to debating how they saw themselves in front of the world and their neighbors. It is evident, as the documents read, that the taxation of their opponents in the war as "barbarians" was a depressive form, in addition to legitimizing the action of the "civilized" who have the duty to "liberate" the other people from "oppression".

Keywords: Paraguayan war, barbarism, civilization.

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| 1. INTRODUÇÃO..... | 11 |
| 2. O DEBATE CIVILIZACIONAL E A IDEIA DE PROGRESSO..... | 14 |
| 3. A FORMAÇÃO NACIONAL DOS PAÍSES PLATINOS E O INÍCIO DO CONFLITO DO PRATA..... | 28 |
| 4. A GUERRA DO PARAGUAI NO CONTEXTO DO DEBATE CIVILIZACIONAL..... | 46 |
| a. A IMPRENSA PLATINA E A GUERRA DO PARAGUAI..... | 46 |
| b. CONFLITOS E NARRATIVAS..... | 57 |
| 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 72 |
| 6. REFERENCIAS..... | 75 |

INTRODUÇÃO

A Guerra do Paraguai foi o maior conflito bélico da história da América do Sul, onde lutaram de um lado o Império do Brasil, Argentina e Uruguai, formando a Tríplice Aliança; contra o Paraguai. Esse trabalho não pretende resumir o conflito, mas estudar uma temática presente nele: o debate civilizacional. São várias as perguntas que podemos fazer diante deste tema. O que é ser uma civilização? Eu sou civilizado, logo meu rival não? Como eu denomino meu inimigo? Qual a diferença “deles” de “mim”? Ao estudar como ela foi noticiada, vemos que esse debate serviu para legitimar as ações bélicas de todas as nações envolvidas. É claro que o argumento central da justificativa da guerra não foi esse, mas esteve presente em muitos jornais, memórias e pareceres. Era um termo usado muito mais de modo pejorativo do que propriamente uma realidade.

A narrativa desse debate iniciara-se com um panorama do surgimento dessas ideias na Europa e sua chegada no Brasil. Usaremos para rastrear a origem desse pensamento com o historiador Christopher Dawson, onde ele estuda a ideia de progresso dos “civilizados” e faz um panorama do ambiente onde ele foi recebido e como. Para ajudar no aprofundamento da questão, temos também o auxílio de Peter Gay. No tocante ao debate terminológico, estudaremos a obra de Norbet Elias, “O processo civilizador”, para nos ajudar no entendimento da questão. A recepção dessas ideias no Brasil e sua difusão serão narradas baseadas em dois autores: Antônio Paim e Lilia Schwartz. Quanto ao debate civilizacional no Paraguai, me baseei em alguns artigos acadêmicos. Na Argentina, muito do debate girou em torno da figura de Sarmiento e seu livro “Facundo”; livro que sintetiza os pensamentos da elite argentina quanto ao seu país e sua “civilização.” Posteriormente, falaremos da formação nacional dos quatro países envolvidos no conflito. Gabriela Nunes Ferreira e Jorge Abelardo Ramos escrevem sobre a história da formação dos países em questão, sendo de grande ajuda para entender todos os pormenores, todas as dinâmicas e os fatores contribuintes dessa história.

Não pude deixar de comentar sobre o debate civilizacional dentro do Brasil com uma profundidade maior, sendo meu foco os indígenas pelo fato de serem mais predominantes no Paraguai, país cujo foco é grande neste trabalho. Para isso, Manuela Carneiro da Cunha tem muita relevância; ela nos explica como os índios eram tratados no Império e assim podemos refletir mais sobre como eram os paraguaios vistos pelo exército pelo fato dos índios serem quase confundidos com paraguaios.

Utilizei principalmente como fontes primárias a imprensa. Comparei a narrativa dos eventos tanto do ponto de vista paraguaio e o brasileira, evidenciando algumas informações pertinentes que não aparecem nos jornais: manipulação. Principalmente nos jornais paraguaios, era evidente a manipulação dos eventos por parte de suas lideranças, mas isso não significa que os jornais brasileiros e de outros países também não sofriam desse problema. Assim, faz-se necessário um breve debate sobre a imprensa do período para uma análise mais cuidadosa dos fatos estudados. Os jornais usados estão listados na bibliografia, não cabendo aqui citá-los.

Quanto às fontes não primárias, usei artigos e livros acadêmicos. A principal obra aqui usada trata-se do livro de Francisco Doratioto, “Maldita Guerra”. O autor buscou fazer um novo balanço da Guerra do Paraguai, através de uma infinidade de documentos que ele teve contato nos arquivos brasileiros, argentinos e paraguaios, lançando uma nova visão sobre o evento que entra em choque com narrativas há tempos imortalizada no Brasil, como as contidas no livro de Júlio José Chiavenatto.

Outros autores consultados no tocante à Guerra e seus precedentes: Victor Izecksohn e o livro organizado por Leslie Bethell (Guerra do Paraguai: 130 anos depois), escrito em conjunto com diversos historiadores. Izecksohn contribuiu com a leitura das elites brasileiras quanto ao Paraguai; o livro de Bethell é de grande estima, pois nele são trabalhadas diversas temáticas não relacionadas apenas aos aspectos bélicos, e sim civilizacionais, culturais, de imprensa, etc.

As fontes primárias selecionadas são prioritariamente de jornais selecionados por mim. Há muitos jornais noticiando o evento, e em muitos há as narrativas civilizacionais. Tive que escolher os usados. No Brasil, usei de jornais de cinco estados brasileiros. No Rio de Janeiro, por exemplo, o jornal “Correio Mercantil”, “Diário de Rio de Janeiro”, dentre outros foram pesquisados. Dos catarinenses, cito como exemplo os desterrenses “O Constitucional” e “Commercial”. Um paulista: “Diário de São Paulo”; um pernambucano: “Diário de Pernambuco” e um paranaense “Dezenove de Dezembro”. Em livros de memória, explorei relatos de dois militares brasileiros: Dionísio Cerqueira e o escrito literário de Taunay “A Retirada de Laguna”.

O trabalho se divide em três capítulos, todos com uma ligação cronológica. No primeiro capítulo, busquei exibir a origem da ideia de civilização na Europa e sua chegada ao Brasil e nos demais países envolvidos na guerra, com exceção do Uruguai. No Brasil iniciei tratando da época Pombalina e o desejo de se equiparar ao modelo europeu e os diversos

esforços para se chegar nesse ideal. Passando pela independência do País, apresentei as tentativas do Brasil de superar uma contradição aparente: como se dizer um país civilizado em pé de igualdade ao modelo europeu sendo que o Brasil é predominantemente escravocrata, indígena e localizado na América do Sul, região conhecida por sua “anarquia”.

Na Argentina, me concentrei em analisar a obra de Sarmiento “Facundo”, onde o autor, futuro presidente da Argentina, já antecipava sua visão da América do Sul, o qual caracterizava a região como repleta de caudilhos violentos que contribuem para o barbarismo do continente. No Paraguai, recorri a um mito fundador da nação e de como os governantes do país buscaram o isolamento perante o resto da América do Sul sob o pretexto de conservar sua civilidade perante o barbarismo que pairava o continente.

No segundo capítulo, escrevi um panorama do processo de formação dos países platinos (Argentina, Uruguai e Paraguai) com a intenção de fazer um contexto histórico, um apanhado dos problemas internos de cada país e suas rivalidades. Feito esse panorama, continuamos uma linha narrativa até chegar ao “Cerne da Discórdia”¹; como os países se encaminharam para a guerra, falando da origem do conflito e todos os pontos que achei importante destacar para se entender o evento.

No terceiro capítulo, subdividido em dois, iniciei uma análise da imprensa, com destaque à brasileira e paraguaia, mas também com comentários da argentina. Na paraguaia, destaquei narrativas que faziam do exército brasileiro e as justificativas que faziam de sí, de que era uma guerra de resistência da civilização contra a barbárie. Do mesmo modo, as narrativas destacadas da imprensa brasileira evidenciam o caráter civilizacional do Brasil e sua missão de derrotar Lopez e trazer um novo regime ao país. Ainda nesse capítulo, em sua segunda subdivisão, destaquei eventos bélicos e sua repercussão na imprensa de ambos os países. Fiz um breve debate do uso da imprensa como fonte histórica e destaquei a manipulação que essas fontes sofreram no decorrer do evento.

¹ Título do livro de Victor Izeckhson sobre a Guerra do Paraguai.

O DEBATE CIVILIZACIONAL E A IDEIA DE PROGRESSO

O século XIX teve como uma de suas matrizes ideológicas a ideia de progresso. É claro que não era a única ideia circulante na época, mas era amplamente aceita exatamente porque vivíamos num momento em que as máquinas e as ciências aplicadas criaram uma civilização única na história. A urbanização e a mecanização criaram novas possibilidades: produção em massa de bens duráveis, indústria, petróleo, ferrovias, navegação a vapor, etc. Todas estas novidades fizeram surgir a ideia de que a sociedade vivia no progresso; esse pensamento permeou a cabeça dos homens de negócio, políticos e intelectuais desse século.² A fé desses homens é que futuramente chegaríamos em uma época de justiça e iluminismo; suas esperanças eram no futuro; para Dawson, era a fé de que alcançaríamos a era de perfectibilidade.³ Só havia um problema: as “massas” não perceberam tal ideia.

O otimismo pairava, os velhos governos saíam e entravam as novas instituições ditas democráticas na Europa. Nesse continente, o ganho da liberdade de opinião foi alcançado de modo mais completo do que nos séculos passados.⁴ Finalmente no século XIX a escravidão foi questionada e foi legalmente suprimida, assim como as punições bárbaras que passaram a ser alvo de objeções. Para o historiador Peter Gay, as execuções públicas passaram a serem vistas como deploráveis, elas degeneravam-se em “(...) carnavais cheios de alegria, às vezes em tumulto, esquecidos seus propósitos originais. (...) havia muito que as execuções tinham se transformado em tudo, menos em desempenho didático.”⁵ No século vitoriano, mais do que em outras épocas, com exceção da escravidão, ““(...) a pena de morte, excitando as emoções ainda mais do que a razão, pôs a funcionar a consciência burguesa.”⁶ Foi por esses motivos que estas duas instituições foram duramente atacadas e suprimidas.

O progresso, no entanto, é relativo. Mesmo com os progressos da ciência e da tecnologia, deram-se conta dos perigos da instabilidade da nova ordem. Foi sentido os perigos do parasitismo social; da degeneração social e física de uma enorme parcela de pessoas que viviam na margem desse dito “progresso”. As péssimas habitações faziam contraste com o grande desenvolvimento industrial.⁷

² DAWSON, Christopher. *Progresso e Religião*. São Paulo: É Realizações, 2012, p. 61.

³ DAWSON, op. Cit., p. 62.

⁴ DAWSON, op. Cit., p. 64.

⁵ GAY, Peter. *O Cultivo do ódio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 181.

⁶ GAY, op. Cit., p. 188.

⁷ DAWSON, op. Cit., p. 65.

No fim das contas, o avanço material não era sinônimo de progresso. Esta se baseia na ciência como possibilitadora dos avanços, mas ela deriva da idade da razão, exatamente na forma e na época de Descartes. O filósofo renascentista acreditava que a mente humana possui força suficiente para pensar por si própria e deduzir as “verdades de forma simples e clara”. Isso só era possível com a razão, logo, todo o acúmulo de conhecimentos do passado foi deixado de lado como guias da busca da verdade. Uma mente inteligente conseguia deduzir os fatos por si só.⁸ Esse tipo de pensamento possibilitou a crença de que apenas alguns homens podem decidir o destino da sociedade. Era uma ideia típica de reformadores revolucionários, ela dava a certeza a eles de que era possível transformar a sociedade humana da escuridão à luz.

Esse desejo de remodelar a sociedade criou a sociologia, uma ciência para estudar a sociedade e que no século XIX ela deveria servir de base aos reformadores. Era uma nova tendência de aplicar os métodos científicos aos problemas da população. Até Proudhon advogava que os políticos deveriam ser substituídos por cientistas.⁹ Nesse momento chegamos a Auguste Comte, aquele que relacionou a sociologia a outras ciências; ele quem aplicou o método científico ao estudo da sociedade e que criou essa disciplina.¹⁰ Foi ele quem criou o positivismo. Para Comte, “(...) a função da ciência era limitada estritamente pelo serviço à humanidade e condena a busca do conhecimento por si só.”¹¹ Por isso ele negava as concepções metafísicas e teológicas, uma vez que elas não se subordinavam a fins humanos.

Da era da razão, inaugurada por Descartes, até o século XIX, marcado pela ideia de progresso, notamos que houve uma mudança fundamental: o homem deixou de ter fé na razão e passa a cultivar a ciência. É notável também, para Dawson¹², haver uma contradição nessas concepções para a época: achavam que a mente humana se formou por adaptação do homem perante a natureza, mas eles ainda acreditavam que a mente humana estava acima da natureza. É como se fossemos produto da natureza, mas conseguimos dominá-la devido as nossas descobertas. É nesse momento que a civilização ocidental se via como representante da civilização em seu destino absoluto, diferente das demais sociedades “atrasadas”. Foram os ocidentais que saíram, devido ao movimento contínuo do progresso, da selvageria e chegaram à ordem moderna industrial e científica.¹³ Mas o que seria a “civilização”?

⁸ DAWSON, op. Cit., p. 67.

⁹ DAWSON, op. Cit., p. 70.

¹⁰ LACERDA, Gustavo Biascaia de. *Augusto Comte e o “Positivismo” redescoberto*. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 17, n. 34. 2009, p. 321.

¹¹ DAWSON, op. Cit., p. 71.

¹² DAWSON, op. Cit., p. 74.

¹³ DAWSON, op. Cit., p. 78.

Norbert Elias ¹⁴ define esse termo como referência a uma grande variedade de fatos: “(...) ao nível tecnológico, ao tipo de maneiras, ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, às ideias religiosas e aos costumes. Pode se referir ao tipo de habitação ou à maneira como homens e mulheres vivem juntos, à forma de punição determinada pelo sistema jurídico ou ao modo como são preparados os alimentos. Rigorosamente falando, nada há que não possa ser feito de forma ‘civilizada’ ou ‘incivilizada’.” ¹⁵ Esse conceito, para Elias, é uma expressão que denota como o Ocidente se vê diante dos outros, todavia ele possui acepções diferentes nas diferentes culturas ocidentais. Para ingleses e franceses, “civilização” tem o sentido de resumir “(...) em uma única palavra seu orgulho pela importância de suas nações para o progresso do Ocidente e da humanidade” ¹⁶ O termo em alemão que melhor expressa essa ideia não é o “Zivilisation”, e sim o “Kultur”. Mesmo assim, ainda há certas diferenças no emprego dos alemães e franceses e ingleses. Para os primeiros, “Kultur” se refere basicamente a fatores artísticos, intelectuais e religiosos; enquanto para os segundos, uma referência a fatores “políticos ou econômicos, religiosos ou técnicos, morais ou sociais.” ¹⁷

Cabe-nos aqui discutir a definição de ingleses e franceses, pelo fato de ter sido exatamente na definição deles que os países latinos se inspiraram. Sempre que algum país se referir a si mesmo, irá falar sobre seus avanços materiais, políticos, econômicos, morais, técnicos; porém dificilmente seus avanços artísticos, intelectuais, religiosos, etc. Ainda nos termos de Elias, “‘Civilização’ descreve um processo ou, pelo menos, seu resultado. Diz respeito a algo que está em movimento constante, movendo-se incessantemente ‘para frente’.”

¹⁸ De certa maneira, para Elias, esse conceito minimiza as diferenças nacionais entre os povos:

“(...) enfatiza o que é comum a todos os seres humanos ou – na opinião dos que o possuem – deveria sê-lo. Manifesta a autoconfiança de povos cujas fronteiras nacionais e identidades nacionais foram tão plenamente estabelecidas, desde séculos, que deixaram de ser temas de qualquer discussão, povos que há muito se expandiram fora de suas fronteiras e colonizaram terras muito além delas.” ¹⁹

Mas como essas ideias chegaram a nosso país? Podemos rastreá-la exatamente na época Pombalina, período em que o Marquês de Pombal - nobre, diplomata e estadista de Portugal - fora secretário de Estado do Reino, sob comando de D. José I; um dos homens

¹⁴ Sociólogo alemão, nascido em Breslau em 1897. Formado pelas universidades de Breslau e Heidelberg.

¹⁵ ELIAS, Norbet. *O processo civilizador. Volume I: Uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011, p. 23.

¹⁶ ELIAS, op. Cit., p. 23.

¹⁷ ELIAS, op. Cit., p. 24.

¹⁸ ELIAS, op. Cit., p. 24.

¹⁹ ELIAS, op. Cit., p. 24.

responsáveis pelo surto do desenvolvimento científico no país Ibérico. Pombal foi diplomata em serviço na Inglaterra e se encantou pelo desenvolvimento científico do país e passou a querer implantá-lo em sua terra natal. Em 1755 houve um enorme terremoto em Lisboa, o que devastou a cidade. Esse acontecimento o deu carta branca para iniciar uma série de reformas modernizadoras do país, fragilizado pela catástrofe natural. Pombal atribuiu provavelmente o sucesso do país ao norte pela ciência, o que fez destruir as escolas jesuítas da Metrópole e da colônia, até então possuidores de um monopólio da educação as quais considerava como modelos obsoletos.²⁰

Sua iniciativa foi ao encontro da formação de uma elite intelectual que futuramente iria dirigir o país, pondo em prática tudo o que aprenderam nos novos centros de ensino, moldados pelas iniciativas do Marquês. Inclusive, já havia em Portugal no século XVIII uma série de homens conscientes do descompasso português perante os demais países. Foi criado o Colégio dos Nobres, em 1761, cujos objetivos eram o ensino das ciências, principalmente da matemática, física e as “ciências aplicadas” – hidráulica, arquitetura civil e militar, etc. Houve a contratação de professores estrangeiros. Uma de suas grandes obras foi a reforma da Universidade de Coimbra, onde estava a faculdade de matemática e de filosofia – esta compreendida como “filosofia natural”, mais precisamente “ciência aplicada”, cujos cursos se dedicavam a formar botânicos, metalurgistas, mineralogistas, etc; pesquisadores que poderiam trabalhar na exploração das riquezas do Brasil Colonial, principalmente na Amazônia, onde nomeou seu irmão a comandar um inventário das riquezas da região e de iniciar sua exploração.²¹

Inúmeras iniciativas e instituições científicas foram formadas a partir de então, o que atribuiu à Universidade e a ciência o papel de transformar a sociedade. O grande problema é que o objetivo dela na corte pombalina era diferente do seu real objetivo. “(...) tratava-se aqui de uma ciência pronta e conclusa, devendo circunscrever-se apenas à aplicação. Começa a longa tradição do chamado cientificismo, isto é, de um discurso retórico acerca da ciência sem maiores consequências.”²²

A estrutura do estado, apesar das reformas, não foi alterada, mantendo-se praticamente intactas as estruturas da monarquia absolutista. A Inquisição foi fortemente atacada pelo Marquês, que retirou muito do seu poder. Pombal não atacou o Estado por ser adepto das teorias mercantilistas, e não do liberalismo econômico vigente na Inglaterra.

²⁰ PAIM, Antonio. *Momentos decisivos da história do Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 157.

²¹ PAIM, op. Cit., p. 158.

²² PAIM, op. Cit., p. 159-160.

Acreditava que o Estado português deveria ser forte para comandar o desenvolvimento da nação, ao contrário do que pensavam os ingleses, os mesmos que o haviam influenciado.²³

O século seguinte, XIX, deu uma justificativa científica às ideias de que os europeus eram superiores aos povos não europeus, e é claro que essas ideias não ficaram monopolizadas nesse continente; pelo contrário, se espalharam pelo mundo, chegando ao Brasil. Já em sua independência, nosso país buscou se afirmar perante o mundo como um país “civilizado”, mesmo sendo um país cheio de índios e negros que eram vistos como elementos “incivilizados”. Com o passar do tempo, o Brasil sempre buscou se afirmar como uma potência, como um país da era do progresso, exatamente por isso tem-se em nossa literatura referências a esses ideais. A Guerra do Paraguai não foi diferente, que é o nosso foco neste trabalho. Antes, devemos rastrear a entrada desse pensamento em nosso país.

O Brasil na época colonial tinha seu ensino centrado no modelo jesuíta até a vinda das iniciativas pombalinas e da corte portuguesa que estabeleceu no Rio de Janeiro a capital do Império. Não apenas o aparato burocrático chegou, mas também a necessidade de ampliar o campo cultural e memorial. A criação da imprensa Régia, do Museu Real, a Biblioteca, etc. respondiam a tal ideal e logo se formou uma classe de “ilustres nacionais”²⁴. Durante a formação de nossa monarquia, buscou-se inventar uma monarquia nos trópicos, imitando as regras tradicionais da Europa, mas também buscou criar uma nova identidade. Essa identidade de nossa monarquia se deu por adoção de nomes, títulos e ornamentos inspirados em nosso ambiente tropical e indígena.²⁵ Queria-se fazer uma imagem do Brasil como uma “Monarquia Tropical”, vista como uma exceção ao contexto local e exótico diante da Europa. Nosso país ainda tinha muitos contatos com reinos africanos, era um país com muitos escravos, sendo necessário criar outra imagem, de preferência onde ele não se mostrasse anárquico perante o modelo do Velho Continente, algo que era muito relacionado às repúblicas da América Espanhola. “(...) se procurou afirmar todo o tempo a feição europeia de nossa monarquia – apresentada não só aos Bragança como aos Bourbon e Habsburgo – e o caráter civilizacional do Império, afeito às novas tecnologia e ideias de progresso.”²⁶

Ainda tivemos a criação das escolas de Direito, além do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)²⁷, museu Real, o Jardim Botânico, o desenvolvimento dos

²³ PAIM, op. Cit., p. 159.

²⁴ SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 24.

²⁵ SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do Imperador*. São Paulo: Companhia das letras, 2012, p. 17.

²⁶ SCHWARCZ. *As barbas do Imperador*, op. Cit., p. 18.

²⁷ Instituto de estudos de Geografia e História do Brasil, fundado durante o Segundo Reinado, em 1838, que tinha uma preocupação de ser “(...) uma instituição cultural nos moldes de uma academia, como aquelas próprias do Iluminismo, tendo contudo como projeto traçar a gênese da nacionalidade brasileira – preocupação particular

estudos em botânica e zoologia, além das faculdades de medicina, que estimularam a criação de nossa cultura científica, primariamente vinculada aos estudos naturalistas.²⁸ O Brasil, devido a sua imensa riqueza em biodiversidade, foi um grande palco dos estudos naturalistas, atraindo até mesmo diversos viajantes para estudar nossa fauna e flora. O estudo desses temas gerou o debate racial, e o Brasil novamente é palco de muitos comentários. Já havia uma visão pessimista de nossa formação racial vinda dos jesuítas, mas agora até os europeus depreciavam o país. Embora uma vertente interpretativa pessimista seja antiga entre nós, ela foi radicalizada em meados do século XIX, enquanto o Brasil ainda era visto para muitos viajantes como um “exemplo de nação degenerada de raças mistas.” Um exemplo de fidelidade da teoria do determinismo climático está Thomas Buckle (1821-62) que, mesmo nunca pisando em solo brasileiro, condena o habitante desse país à decadência em função de pujança de sua vegetação. Buckle concluiu sua obra sobre a civilização inglesa, onde dedica cerca de dez páginas ao Brasil, que devido a abundância da natureza local, ela deixa pouco espaço para o homem e suas obras. “Em nenhum outro lugar há tão precioso contraste entre a grandiosidade do mundo externo e a pequenez do interno. E a mente acovardada por essa luta desigual não só foi incapaz de avançar, mas sem a ajuda estrangeira teria indubitavelmente regredido.”²⁹

O debate racial no Brasil se intensifica decisivamente de 1870 em diante, porém já havia ecos antes desse período, principalmente no começo de nossa história como nação, onde éramos vistos como um país de uma “imensa flora”, mas também como um país miscigenado ao extremo, dos indígenas e dos escravos – todos vistos em termos pejorativos. Essa face do Brasil não foi deixada de lado, nem por suas iniciativas.³⁰

O debate sobre os povos indígenas no Brasil Império nunca girou em torno de seus interesses, eles ficavam a mercê dos debates políticos que nunca participaram. No século XVIII até meados do XIX, havia debates se o ideal era exterminar os índios chamados de “bravos” ou se era melhor “civilizá-los” e incluí-los na sociedade. José Bonifácio, importante político da época e um dos responsáveis pela independência do Brasil, defendia o uso de meios “brandos e persuasivos” para chamar os índios à sociedade civil.³¹ “(...) não se deve concluir que seja impossível converter estes bárbaros em homens civilizados: mudadas as

à historiografia do século XIX.” In: GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos trópicos*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, 1988. p. 7.

²⁸ AZEVEDO, Fernando. *A Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora UNB / Editora UFRJ, 1996, p. 371.

²⁹ SCHWARCZ. *O espetáculo das raças*, op. Cit., p. 36.

³⁰ SCHWARCZ. *As barbas do Imperador*, op. Cit., p. 18.

³¹ BONIFÁCIO, José. *Projetos para o Brasil*. São Paulo: PubliFolha, 2000, p. 47.

circunstâncias, mudam-se os costumes.”³² Varnhagen dava voz a uma corrente que defendia o uso da força contra os índios bravos e a fixação deles em trabalhos compulsórios.³³ Estas visões são comuns dentre os demais brasileiros ilustres. Nesse século, os projetos dedicados a estas populações foram decididos não de modo centralizado pelo governo. O debate se aprofundou com o crescente interesse nas questões fundiárias do Brasil, onde era mostrado o desejo de deixá-los em aldeamentos, para serem catequisados, cuidados por missionários e se inserissem aos poucos na sociedade civil.³⁴ O estado é quem zela pelos bens dos índios, pois eram “incapazes” aos seus olhos. Tudo isso gerava resistência, não era incomum fugas dos aldeamentos para evitar sua “reeducação”. Não só por isso, mas também por haver exploração do seu trabalho nessas terras.³⁵ Muitas vezes havia a disputa entre municípios para que eles tivessem as aldeias, assim teriam a disposição mão-de-obra, em troca de educá-los. Podiam ser requisitados por províncias, municípios, etc. para exercerem algumas funções que tais instituições necessitavam. Foram usados em expedições militares, tanto para dizimar outros povos indígenas e até quilombos, além de fornecer apoio às instalações militares e nas novas rotas de comércio entre as províncias.³⁶ “(...) sua participação inicial em apoio aos brasileiros na Guerra do Paraguai valeu-lhes a demarcação de terras por ordem de D. Pedro II.”³⁷ Temos até mesmo o uso do governo de seus aldeamentos nas fronteiras, como forma de favorecer relações com grupos fronteiriços. “O autogoverno dos índios que vigorou em princípios de 1798 a 1845, foi frequentemente ridicularizado pelos contemporâneos, que viam neles não mais que um simulacro de autogestão, sem qualquer poder real.”³⁸

O cientificismo do século XIX se preocupou em chamá-los de antropoides dos humanos. O cientista Blumenbach, estudando um crânio de um índio Botocudo, o classificou como meio termo entre os orangotangos e os homens.³⁹ Ou seja, eram vistos como animais.

Apesar de reconhecida a humanidade rebaixada desses povos, ainda haviam inúmeros preconceitos, sempre vistos em termos de “bestas, feras, espírito animalesco, etc”. Para Dantas de Barros Leite, senador brasileiro, acreditava que índios não poderiam evoluir no meio civilizacional; está fadada a permanecer nesse estágio para sempre. São essas ideias que afirmam que a natureza humana está fadada a certas leis que condicionam os povos a

³² BONIFÁCIO, op. Cit., p. 49.

³³ CUNHA, Manuela Carneiro. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 137.

³⁴ CUNHA, op. Cit., p. 141.

³⁵ CUNHA, op. Cit., p. 148.

³⁶ CUNHA, op. Cit., p. 151.

³⁷ CUNHA, op. Cit., p. 151.

³⁸ CUNHA, op. Cit., p. 152.

³⁹ CUNHA, op. Cit., p. 134.

certos destinos era muito forte no Brasil, como já dito. Afirmam que os índios são o estágio de infância da civilização e que, devido à ideia de progresso, iriam evoluir a estágios mais elevados que levariam ao fim as sociedades indígenas. Apesar de certo preconceito, não era comum o desejo de extermínio destas populações. “(...) o evolucionismo intrínseco dos positivistas, que advogam, no entanto, uma política indigenista das mais respeitadas que o Brasil conheceu.”⁴⁰

A categoria indígena inclusive chegou a ser emblema do Brasil Império, sobretudo no segundo reinado, sendo que o único problema é que a imagem era idealizada, principalmente pelo movimento romântico que estava forte em nossas terras. O romantismo não foi apenas um projeto estético, mas também um movimento cultural e político, muito ligado ao nacionalismo. Esse nacionalismo brasileiro era pintado com as cores do país, partindo, sobretudo, das elites cariocas, segundo Lilia Schwartz, associadas à monarquia, que se esforçavam para chegar a uma emancipação em termos culturais. Esses temas eram de fundo nacional, porém a cultura era cada vez mais palaciana e voltada à mera estetização da natureza local.⁴¹ Foi uma tentativa de incorporar aquilo que era considerado “bárbaro” como algo bom. Toda essa identidade negativa que o Brasil tinha de si, que na época era um emaranhado de províncias unidas pelo idioma e pela religião⁴², precisava ser transformada pela elite em algo positivo, principalmente em algo próximo ao modelo europeu que eles tanto se espelhavam. Para José Murilo de Carvalho, havia pouco para cimentar a identidade nacional. A maioria da população vivia fora da participação política (cerca de 7,5 milhões), seja porque eram escravos ou por não terem garantidos os direitos civis indispensáveis à cidadania ou por não terem renda suficiente para participar ativamente na política. O Brasil foi feito para aparecer com uma estrutura política europeia, com uma monarquia constitucional, um culto a um jovem rei, congresso eleitos, códigos legais avançados, partidos políticos, um sistema jurídico nacional organizado. Entretanto, o país internamente, levando em conta a população, estava longe de corresponder à essa imagem externa. A nação brasileira, para Carvalho, ainda estava longe de ser uma realidade; era uma ficção.⁴³

Os povos afrodescendentes em nosso país, diferente dos índios, não foram emblema civilizacional. A pessoa negra, em geral, aparecia em papéis-padrão como o “escravo

⁴⁰ CUNHA, op. Cit., p. 135.

⁴¹ SCHWARCZ. *As barbas do Imperador*, op. Cit., p. 139-140.

⁴² CARVALHO, José Murilo. *Cidadania no Brasil: um longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

⁴³ CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p. 237.

heroico”, o “escravo sofredor” ou a “bela mulata”. Os homens e mulheres livres de cor e suas expressões culturais populares ou de matriz africana eram ignoradas pelos escritores românticos. Diferente deles, so houve tentativas posteriores de escritores como Silvio Romero, Euclides da Cunha ou Graça Aranha de tentar confrontar a realidade étnico-racial brasileira.⁴⁴

A imagem que o Brasil tentava mostrar ao mundo é a de um Estado e uma Monarquia modernos, um espelho do modelo europeu na América.⁴⁵ Para o presidente do IHGB, “[...] tudo enfim, pressagia que o Brasil é destinado a ser, não acidentalmente, mas, de necessidade, um centro de luzes e civilização, e o árbitro da política do Novo Mundo”⁴⁶ A revista “*A Ilustração Luso-Brasileira*” de 1858 mostrava também a empolgação quanto à monarquia e suas perspectivas para o futuro.

“O seu império imenso recortado de rios caudalososíssimos e constantemente coberto de uma vegetação maravilhosa, que vai debruçar-se no oceano (...) é hoje considerado o ponto central da *civilização do Novo Mundo* (...) salvo da anarquia que pouco a pouco devora os outros estados da América do Sul (...). É lá que floresce, no seu solo virgem, um novo ramo da antiga e transplantada árvore dos Bragança (...). Os primeiros anos não foram felizes. O Brasil estava bastante inculto para compreender a nobreza do lugar que tinha de ocupar entre as nações civilizadas (...) foi o imperador D. Pedro II que o pacificou e lhe deu a prosperidade que hoje se vê naquele magnífico império cujo destino está, mais do que em outras nações ligado com o de seu monarca (...).”⁴⁷

Dentro desse “novo mundo”, as nações buscavam esse mesmo objetivo, mostra sua “civilidade.” Para Arnaldo Lucas Pires Junior, em seu texto “Guerra do Paraguai: uma barbárie pela civilização”, afirma que é difícil sintetizar o que seja a nação do Paraguai e os sentimentos fundamentais que fazer seu povo se identificar como “paraguaios”. Esse sentimento não se constrói por eventos políticos, mas sim por eventos onde vemos uma consciência nacional surgindo, uma identidade latente, um momento onde o povo se sente pertencente a uma nação, se veem como protagonistas de sua história.

Um dos personagens centrais da história do Paraguai, um chefe indígena chamado Cacique Lambaré, provavelmente chefe da tribo Cariós, uma das quatro principais da região (uso o termo “provavelmente” porque não se há certeza devido à falta de documentos). O mito

⁴⁴ SALES Jr., Ronaldo. *Nascimento da nação: Estado, modernização nacional e relações étnico-raciais entre o Império e o início da República*. Recife: Unisinos, Volume 44/número 2/mai/ago 2008, p. 120.

⁴⁵ PIRES JUNIOR, Arnaldo Lucas. *Guerra do Paraguai: uma barbárie pela civilização*. Rio de Janeiro: REVISTA ESTUDOS POLÍTICOS Vol. 8 | N.1 ISSN 2177-2851, p. 96.

⁴⁶ PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. “*O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é o representante das ideias de ilustração que em diferentes épocas se manifestaram no continente*”. In: Revista do IHGB. Rio de Janeiro, nº 1, 1839. p. 62.

⁴⁷ *A Ilustração Luso-Brasileira*, 1858, p. 258; In SCHWARCZ. *As barbas do Imperador*, op. Cit., p. 125.

desse personagem nos conta que ele lutou em duas batalhas importantes contra os espanhóis, nas proximidades da atual cidade de Assunção. Derrotado na segunda batalha, foi capturado e arrastado até o centro da cidade, onde ele seria executado caso não declarasse fidelidade ao Rei Carlos V e a Deus. Negou o acordo e ainda proferiu palavras desafiadoras:

Não me ajoelharei ante um mortal! Não reconheço outro senhor que não Tupã! Como virão os estrangeiros escravizar a terra guarani, sem conhecer sua língua e seus sentimentos? Esta pátria, que pertence ao indígena Paraguá, não vai permitir que nos afogue a liberdade, temos de morrer pelo bem da comunidade.⁴⁸

A história não se mostra verossímil, sendo provavelmente criada no século XIX, mas sua importância consiste em sua transformação como mártir e defensor da liberdade do país. Essa narrativa nos fornece elementos para delimitar o processo de formação nacional: a ideia de resistência aos inimigos de outro lugar, a união de duas raças e a noção de defesa da liberdade.⁴⁹ Anacronicamente, temos no mito o conceito de pátria, além do elemento liberdade perante os inimigos externos, ideia presente na formação do Paraguai. A defesa da independência tem peso forte no imaginário da nação. O primeiro periódico feito no país chama-se "El paraguay independiente", cuja primeira edição contém tais palavras:

A independência da República do Paraguai é a base e a condição indispensável para a felicidade de seus filhos: quase todos eles viram a luz do dia nos braços de sua pátria soberana e livre de toda sujeição estrangeira. Sem independência a veriam subordinada a uma vontade distante e improvidente quando não hostil, e seus costumes, opiniões e destinos escravizados ao arbítrio estranho: basta só a ideia para excitar a indignação.⁵⁰

Como fica evidente, o Paraguai trata suas questões de política internacional sempre em termos de constante ameaça estrangeira quanto a sua independência.

O debate racial no território guarani se deveu a ideia de que o povo se formou através de duas raças: espanhóis e índios guaranis.⁵¹ Esse pensamento é compartilhado por várias outras nações e permeia o imaginário do Paraguai, até mesmo durante a guerra. Imaginavam-se como herdeiros de diversos costumes dos espanhóis, seu idioma, religião, etc. Isso é o que forma o "ser paraguaio". Há importância em se destacar esse ponto, pois: "Do ponto de vista paraguaio, o que estava em jogo era a própria herança desse amálgama e, diante desse

⁴⁸ ROMERO, Roberto A. *Protagonismo histórico del idioma guaraní*. Assunção: Arte Final, 1998, p. 48.

⁴⁹ PIRES JUNIOR, op. Cit., p. 98.

⁵⁰ EL PARAGUAYO INDEPENDIENTE. Assunção: 26 de abril de 1852, p. 1. Biblioteca Nacional del Paraguay.

⁵¹ O povo paraguaio também possuía muitas pessoas afro-descendentes; porém estes não entraram no rol dos "formadores étnicos" do país.

cenário, não existia meio termo — ou se lançavam à vitória ou à total destruição." ⁵² O último dos elementos que ilustram e suscitam a mensagem da história do Cacique estão ligados a noção de que a identidade nacional paraguaia está relacionada diretamente com a defesa de sua liberdade, de sua soberania, por meio do conflito. Assim como Lambaré, os paraguaios precisam enfrentar por meio da luta seus inimigos. As peculiaridades do difícil processo de independência, a posição geográfica interiorana e mesmo a proximidade com os vizinhos de maior poder e recursos fazem com que a iminência de um embate fosse algo recorrente no imaginário social e político do Paraguai. ⁵³

Era comum no imaginário desse país o confronto militar como algo sempre iminente, não à toa o estado paraguaio buscou estar sempre atualizado em questões bélicas, preferindo se modernizar industrialmente primeiramente no seu aparato militar. ⁵⁴ Viam-se em uma ilha civilizada cercada por nações bárbaras que a qualquer momento iriam atacá-los. Uma das formas encontrada pela nação de se proteger era manter-se forte e isolar-se de seus vizinhos. Para Carlos Solano Lopez:

Não há uma só das Repúblicas da América antes espanhola, a exceção do Paraguai, que arrastada por um desmedido desejo de liberdade, crendo tornar difícil o despotismo não fizeram que facilitar a anarquia. Entre o despotismo e a tirania de um lado, que detesta todo homem de coração bem posto e de cabeça fria, e entre uma liberdade racional, que civiliza, modera os excessos e faz prosperar os povos, há um abismo, todos os povos que quiseram saltar esse abismo em um salto, caíram nele. ⁵⁵

Vemos aqui o país se identificar como "civilizado" diante da anarquia de seus vizinhos. Para essa nação, o Estado deveria passar por uma transição lenta e segura até o pleno estado de civilização. Viam-se como meio termo entre "civilizado" e "bárbaro", tendo esses termos se tornado recorrentes no vocabulário nacional. ⁵⁶

Já o debate civilizacional na Argentina girava em torno da ideia de que a nação, agora independente, possuía alguns estigmas problemáticos. "(...) nova sociedade constituiu-se lentamente, cheia de vícios coloniais, e não facilita a introdução e o predomínio da mercantilização e da racionalidade capitalistas." ⁵⁷ Sendo assim, apesar da independência, ainda viam com certo receio o país e seus potenciais. É em torno dessa ideia que o cientista

⁵² PIRES JUNIOR, op. Cit., p. 99.

⁵³ PIRES JUNIOR, op. Cit., p. 99.

⁵⁴ DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra*. São Paulo: Companhia das letras, 2002, p. 24.

⁵⁵ BAEZ, Cecilio. *Polémica sobre la historia del Paraguay*. Assunción: Editorial Tiempo de historia, 2008, p. 282.

⁵⁶ PIRES JUNIOR, op. Cit., p. 100.

⁵⁷ KAPLAN, Marcos. *Desintegração e dependência*. In: IDEM. *Formação do Estado Nacional da América Latina*. Tradução. Lygia Maria Baeta Neves. Rio de Janeiro: Livraria Eldorado Tijuca Ltda, 1974. p. 125.

político, jornalista e futuro presidente, Domingo Faustino Sarmiento Albarracín desenvolveu sua obra “Facundo - Civilización y Barbarie - Vida de Juan Facundo Quiroga (1845).”⁵⁸ Sarmiento viria a ser presidente da Argentina durante a Guerra do Paraguai, em 1868, todavia na época em que escreveu a obra ele pertencia a uma geração de intelectuais denominada “Geração de 37”. Escreveu a obra quando estava no Chile, a qual criticava o governo ditatorial em geral e o comparava a “iluminada” civilização europeia, mas o foco principal da obra era contar a vida Juan Facundo Quiroga, um caudilho argentino que se destacou nos conflitos de unificação do país ao lado dos federalistas. Ele caracteriza Facundo como sendo o gaúcho mau, bárbaro, avesso à iluminação da civilização, aquele que quer destruir a modernização; um ignorante. Era a dualidade “civilização e barbárie”, “cidade e campo” que ele desenvolve seus argumentos. Facundo representava o campo,

“A barbárie e o caudilhismo, com suas sequelas de ignorância, pobreza, anarquia e fanatismo, formavam, segundo Sarmiento, a família de nossos males sociais, males cuja origem explicou em termos demográficos e mediante uma dupla interpretação do problema”⁵⁹

A cidade, para ele, era o avanço; Buenos Aires era a vanguarda da modernidade. Já o campo, era problemático, lugar onde o caudilho se destacava. Ele era "(...) um Maomé que poderia mudar à vontade a religião dominante e forjar uma nova. Tem todos os poderes; sua injustiça é uma desgraça para sua vítima, mas não em abuso de sua parte, porque ele pode ser injusto; sempre o foi.”⁶⁰ A civilização para ele era "a cultura de boas maneiras, o refinamento dos costumes, o cultivo das letras, as grandes empresas comerciais, o espírito público de que estavam animados os habitantes.”⁶¹ A barbárie era o individualismo, a comodidade, a hostilidade. É no campo que o barbarismo segue destruindo, é exatamente onde vive o caudilho.

"O homem da cidade veste o traje europeu, vive a vida civilizada tal como a conhecemos em toda parte; ali estão as leis, as ideias de progresso, os meios de instrução (...) Saindo do recinto da cidade tudo muda de aspecto: o homem do campo usa outro traje, que chamarei americano por ser comum a todos os povos; seus hábitos de vida são diferentes; suas necessidades, peculiares e limitadas; parecem duas sociedades distintas, dois povos estranhos um ao outro.”⁶²

⁵⁸ SARMIENTO, Domingo Faustino. *Facundo: civilização e barbárie*. Petrópolis: Vozes, 1996.

⁵⁹ BRAVO, Héctor Félix. *Domingo Sarmiento*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010, p. 12.

⁶⁰ SARMIENTO, op. Cit., p. 108.

⁶¹ SARMIENTO, op. Cit., p. 123.

⁶² SARMIENTO, op. Cit., p. 74.

Ao longo do livro, faz sua argumentação e apresenta suas visões da sociedade. Ele aponta os “tipos” de pessoas que formavam o país. O Argentino é o vaqueiro, que conhece o campo e sabe por onde anda; o rastreador, que identifica as pegadas presentes na vasta planície do pampa; o cantor, que com sua música transmite os costumes nacionais e narra suas aventuras; e finalmente o gaúcho mau, aquele que habita os pampas, impõe aos outros suas maneiras e regras, fazendo sua lei a lei de todos.⁶³ Para o historiador argentino Norberto Galasso, suas ideias acabavam por legitimar uma visão de sociedade que dava como justo o seu domínio pelas classes governantes do país.⁶⁴ Sua obra era de grande apreço dos unitários argentinos, os portenhos, homens de Buenos Aires, que odiavam os federalistas, identificados com o campo e que dificultavam os projetos unificadores da nação.

Sarmiento ainda proclamava inúmeras ideias científicas presentes no contexto intelectual do mundo. Expressava o “determinismo geográfico”, o qual define que de onde a pessoa está inserida, em referência ao contexto geográfico e dos costumes, ela terá seu caráter influenciado. Argumentava em favor da ideia de que as ações e a personalidade da pessoa estão determinadas pela sua estrutura física, principalmente o crânio. Assim, ele caracteriza as ações de Facundo pela sua aparência com o tigre. Outra ideia importante presente em sua obra é a miscigenação do povo argentino, ocorrida entre negros, índios e espanhóis. Ele os vê como atraso, eram dados à ociosidade e a incapacidade industrial.⁶⁵

Para Sarmiento, a revolução⁶⁶ gerava “instintos hostis à civilização europeia e a toda organização regular”.⁶⁷ Seus escritos tiveram amplos impactos na sociedade, onde era visto como um vanguardista dos desejos de modernização do país, para deixá-la em igualdade aos demais países desenvolvidos. A culminação de sua trajetória como jornalista combativo, escritor, político e lutador pelas transformações sociais em sua sociedade foi sua ascensão à presidência.⁶⁸ O atraso e a violência de sua terra natal eram derivados dos costumes transmitidos pelas potências coloniais mais atrasadas e de mentalidade fechada; no caso argentino, a Espanha. Criticava fortemente seu colonizador, além de ver com maus olhos a cultura indígena, mesmo que pouco influente na Argentina, em comparação às outras nações. Ele acreditava ser necessário um estímulo cultural que viria a ser implantado pela educação

⁶³ SILVA, Rafael Ricardo de. “FACUNDO – CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE”: UMA INTERPRETAÇÃO DA ARGENTINA PÓS-INDEPENDÊNCIA. Ameríndia: volume III, número 1/2007, p. 4.

⁶⁴ GALASSO, Norberto. *Sarmiento ¿Civilizado o bárbaro?* Buenos Aires: Centro Cultural "Enrique S. Discépolo", 2003.

⁶⁵ SILVA, op. Cit., p. 5.

⁶⁶ Revolução, para Sarmiento, era a movimentação dos caudilhos.

⁶⁷ SARMIENTO, op. Cit., p. 115.

⁶⁸ DI TELLA, Torcuato S. *História social da Argentina contemporânea*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017, p. 44.

em massa e pela imigração, principalmente de pessoas que viviam em países de maior êxito que a Espanha durante as revoluções modernizantes. Ele vai mais além, falando do ambiente local, onde predominava a baixa densidade populacional e pela estagnação do comércio e das comunicações. As classes baixas, principalmente as rurais, apenas refletiam o atraso; sendo assim, não poupava críticas, até mesmo de modo sarcástico, a tais aspectos. Sarmiento não acreditava que esses homens poderiam transformar o país, eram sim fatores de retardo ao desenvolvimento nacional, principalmente por eles apoiarem os caudilhos locais. Estes eram pessoas que criavam obstáculos ao progresso do país, sobretudo por suas atitudes de criar instabilidade política através do manejo das massas que os apoiavam.⁶⁹

A relevância de estudar Sarmiento se deve ao fato de que seus pensamentos estavam de acordo com boa parte dos homens “ilustres” que estavam à frente dos destinos das nações onde tinham domínio. Lê-lo é estudar a mentalidade da época também.

Quiroga, personagem da obra de Sarmiento, no fim morre após andar por grande parte da Argentina, levando desordem e à tomada de poder. Seu sucessor, Rosas, organiza, segundo o autor, um grande despotismo ao estilo Maquiavel. A administração dele agirá como uma “Estância de gado”, pois além de governador, era um proprietário de terras de sucesso. Sarmiento queria restaurar o antigo espaço do vice-reino do Prata ao domínio de Buenos Aires, mas ainda não achava suficiente o enorme domínio de Rosas sobre o país. Esse governo, mesmo que autoritário, não podia fazer a restauração.⁷⁰ Basicamente, o governo de Rosas é:

“Tudo o que temos de bárbaro, tudo o que nos separa da Europa culta, mostrou-se a partir de então na República Argentina organizado em sistema e disposto a formar entre nós uma entidade separada dos povos de procedência europeia.”⁷¹

Para a modernização do seu país apenas Buenos Aires poderia ser o guia, visto que o campo se dava ao barbarismo e ao atraso.

⁶⁹ DI TELLA, op. Cit., p. 45.

⁷⁰ SILVA, op. Cit., p. 8.

⁷¹ SARMIENTO, op. Cit., p. 237.

A FORMAÇÃO NACIONAL DOS PAÍSES PLATINOS E O INÍCIO DO CONFLITO DO PRATA

O processo de independência dos países platinos foi diferente nos vários contextos de cada sociedade. Como sabemos, o a América Portuguesa manteve seu território durante o processo, diferente dos demais países da América Espanhola. A Argentina ao longo de seu período colonial acabou por desenvolver uma classe de latifundiários e comerciantes novos, não descendentes dos colonizadores. Enriqueceu pelo gado, em abundância no pampa. Os latifundiários e comerciantes acabaram por criar independência econômica perante os demais vice-reinos da Espanha e isso fez com que eles criassem uma indiferença perante a situação da América Latina. É a sua peculiaridade e poder advindos do porto, do seu poder alfandegário e de renda, sua condição de produtor, exportador e importador fará os interesses de Buenos Aires em um dos fatores motrizes da balcanização. É segundo Ramos, da vontade dos portenhos que surgem as “nações” do Uruguai, Bolívia e Paraguai. Queriam manter distância de qualquer tentativa de unificação, não à toa que boicotaram o Congresso do Panamá.⁷² Esse processo veio desde a divisão da Espanha de suas colônias em quatro Vice-Reinos e quatro Capitanias-Gerais, a fim de melhorar a administração. A atual Argentina pertencia ao Vice-Reino do Rio da Prata, criado em 1776. Buenos Aires foi escolhida como capital dessa porção, sobretudo por sua posição estratégica para a proteção do território colonial. Agora, Buenos Aires tinha sob sua jurisdição as minas de Potosí e esse fator contribuiu ao enriquecimento da cidade, principalmente pelo seu porto que passou a ser o local de escoamento da prata, que anteriormente pertencia ao porto de Lima. A prata vinha até o porto, onde ou era transportada à Espanha ou comercializada ali mesmo. O “(...) ‘centro de gravidade’ dos domínios espanhóis na América começou a migrar do antepiano andino em direção ao Rio da Prata.”⁷³

Em 1782, houve uma nova divisão em que esse Vice-Reino passou a ser composto por oito intendências. Três dessas formariam futuramente a Argentina: Salta, Córdoba e Buenos Aires. As demais formariam o Paraguai e Bolívia. Essa mudança foi devida às reformas Bourbônicas, que acabaram por fomentar o descontentamento da elite local que teve seu poder reduzido. Apesar desse empecilho, a cidade portenha teve um período de explosão econômica, que agora mobilizaria interesses políticos e econômicos. Na Europa, enfrentava-se

⁷² RAMOS, Jorge Abelardo. *História da nação latino-americana*. Florianópolis: Insular, 2014, p. 170.

⁷³ FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio de Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: HUCITEC, 2006, p. 25.

o período de crise do sistema absolutista e do regime mercantil, fazendo com que as colônias pudessem desenvolver autonomia; esse fator foi importante à capital. Buenos Aires foi capaz de vencer uma invasão britânica ao seu território mediante rápida mobilização da população e uma eficiente força militar.⁷⁴ Esse evento teve diversos efeitos: gerou respeito perante as cidades periféricas. Agora essa cidade tinha um poder militar.

O processo de decadência dos laços coloniais se intensificou em 1808, quando Fernando VII foi deposto na Espanha, entrando em seu lugar José Bonaparte. Esse evento gerou uma reação de lealdade ao rei deposto, tendo até mesmo se formado uma junta de governo fiel à Fernando VII, todavia ela careceu de poder institucional e de legitimidade. Essa deposição ainda desencadeou um movimento de contestação à legitimidade. “Quando, em 1810, chegaram ao Prata as notícias da queda da Junta Central e de uma possível derrota final da Espanha ante os franceses, teve início o processo revolucionário”⁷⁵ A formação de juntas administrativas foi tentada, a tentativa de uma declaração de independência das Províncias Unidas do Rio da Prata através de um texto constitucional apareceu e foi duramente rejeitada. Esse momento marca uma realidade na Argentina: a dificuldade de concordância entre as províncias. Para Gabriela Nunes, no Rio da Prata, a primeira década revolucionária foi marcada pela coexistência conflituosa da soberania das cidades com as tentativas dos governos centrais de buscar, para além da independência em relação às metrópoles, a organização de um estado que, sob a liderança portenha, confrontaria uma única soberania rio-platense.⁷⁶

O choque entre as correntes constitucionais de 1810 e 1820 gerou na realidade a desagregação do antigo Vice-Reino do Rio da Prata. No Paraguai, houve uma tentativa frustrada de expedição ao país com a intenção de tentar integrá-lo ao novo estado em formação, comandada por Manuel Belgrano, que terminou derrotada. Em 1811, o Paraguai buscou formar uma junta própria, uma província independente de Buenos Aires. A partir de 1813, Gaspar Rodríguez de Francia manteve o país guarani isolado do resto do mundo. Do outro lado do Rio da Prata na chamada “Banda Oriental” tivemos uma outra organização de poder alternativo e conflituoso com o projeto centralizador de Buenos Aires. Foi José Gervásio Artigas que comandou esse embate. Não só eles, mas uma série de outros caudilhos

⁷⁴ FERREIRA, op. Cit., p. 27.

⁷⁵ FERREIRA, op. Cit., p. 28.

⁷⁶ FERREIRA, op. Cit., p. 29.

e chefes políticos entraram em cena e representavam uma antítese da elite liberal, europeizada e urbana portenha.⁷⁷

A Argentina era basicamente um aglomerado de províncias autônomas, sendo Buenos Aires apenas um centro de autoridade, capital de Vice-Reino. Essa relativa autonomia provocaria no futuro muitos processos de secessão, guerras civis e perdas econômicas, tanto na zona urbana quanto na zona rural, notadamente a pecuária. A independência das províncias gerou o rompimento com o Alto Peru, de onde saía a prata ao porto de Buenos Aires. Em 1810, cerca de 80% das exportações provinham dessa região. Apesar dessa perda, a independência instituiu um comércio livre, ou seja, não havia mais um monopólio com a Espanha, apesar de contrabando ter sido uma realidade. Os ingleses foram os mais beneficiados com essa abertura comercial.

Em 1826 tivemos o coroamento de um processo modernizador que chegou ao ápice com um texto constitucional. Um poder executivo foi instaurado, sobre a liderança de Bernardino Rivadavia. Um ano depois, ele teve que renunciar ao cargo devido a uma desgastante Guerra da Cisplatina contra o Império do Brasil, culminando na assinatura, em 1828, de um tratado de paz que resultou na criação do estado do Uruguai. Essa crise fez a dissolução do parlamento e uma nova desorganização de um projeto unificador. As províncias voltaram à condição autônoma, mesmo passando pelo governo de Rosas e suas tentativas centralizadoras, permanecendo assim até 1853. De 1831 a 1853 havia uma falta de laços que formassem uma unidade política; era muito mais a Argentina uma confederação. Nesse interim, o país ficou dominado na cena política pelo caudilho D. Juan Manuel de Rosas, ligado à elite portenha. Rosas buscava como solução a esses impasses “dar tempo”, buscar obter submissão das demais províncias por um efeito progressivo de controlar os principais focos de oposição ao domínio de Buenos Aires. A capital inclusive passou a ser árbitro das disputas interprovinciais. Outro fator que ajudou no domínio portenho foi a dependência que as demais províncias tinham com o porto. De 1829 até 1852 tivemos uma expansão econômica, pautada principalmente no crescimento do setor pecuarista. Esse avanço deveu muito mais a pacificação da zona rural produtora do que às políticas econômicas de Rosas.⁷⁸

Rosas conseguiu uma unificação maior graças à hegemonia de Buenos Aires. A queda de seu governo, em 1852, foi um passo importante à unificação nacional sob um Estado. Nesse ano as províncias se reuniram e assinaram o “Tratado de S. Nicolás”, que fundava as bases de uma constituição de um Estado Nacional, onde também foi delegado

⁷⁷ FERREIRA, op. Cit., p. 30-31.

⁷⁸ FERREIRA, op. Cit., p. 33-36.

provisoriamente o seu comando à Justo José Urquiza. A constituinte foi ratificada em 1853. O novo ordenamento nacional era federalista e buscava atender às demandas consideradas primordiais aos políticos que a fizeram: “(...) o povoamento e o progresso da população por meio, principalmente, da imigração, da educação e do contato mais próximo com as ‘nações civilizadas’ da Europa.”⁷⁹

A nova ordem política, todavia, ainda seria palco de muitas disputas, pois o texto constitucional retirava o poder que Buenos Aires tinha, e que agora estava marginalizada na organização social. Esse embate de Buenos Aires com a Confederação Argentina teve reverberação intelectual inclusive: Alberti e Domingo Sarmiento. Em 1861 foi um ano chave, pois marcou a derrota militar de Urquiza, a qual abriu espaço a Batolomé Mitre como presidente eleito da Argentina. Doravante, a Argentina teria apenas um centro de autoridade, que seria a partir de então inúmeras vezes contestado por caudilhos provinciais que se rebelavam. Essa foi uma realidade durante a Guerra do Paraguai. Apenas em 1880 seria completado o processo de construção do estado nacional e do reconhecimento de Buenos Aires, perante todas as províncias que antes discordavam, como capital federal.⁸⁰

O Uruguai obteve sua independência por disputas com Argentina e Brasil. Em princípio a Argentina buscou se emancipar perante a Espanha em 1810, e logo quis que os territórios próximos declarassem também a soberania dos portenhos. O governo de Francisco Elío, da “Banda Oriental”⁸¹ negou essa soberania, declarando lealdade à Espanha, o que originou uma disputa entre os dois territórios. Nesse momento, José Gervásio Artigas, caudilho do pampa, era simpático a Buenos Aires. Artigas foi responsável por um forte movimento de autonomia perante a Espanha. Essa disputa fez Elío procurar ajuda do Império de Portugal, no ano de 1811, que logo viram uma oportunidade de por as mãos na Banda Oriental. Artigas queria uma confederação de estados independentes, nos moldes dos Estados Unidos.

Em 1814, o exército portenho capturou Montevideú, mas não obteve controle da cidade devido à resistência de Artigas. O caudilho da Banda Oriental era de preocupação aos portenhos e portugueses, pois suas ideias de autonomia podiam estimular movimentos separatistas e revolucionários. Essa disputa enfraqueceu o Uruguai, o que possibilitou o domínio deles pelo Reino de Portugal, em 1816. Os invasores obtiveram apoio de parcela da elite uruguaia, descontente da política de Artigas. O governo portenho não se opôs à invasão

⁷⁹ FERREIRA, op. Cit., p. 38.

⁸⁰ FERREIRA, op. Cit., p. 38.

⁸¹ Nome com o qual também era conhecido o Uruguai.

portuguesa, pois Artigas, agora afastado da política e refugiado no Paraguai, era uma ameaça maior. Em 1821 o Uruguai foi oficialmente anexado ao Brasil.⁸²

Em Montevideu, formaram-se duas facções: uma favorável a incorporação ao Brasil e outra contrária. Buenos Aires, interessada ainda no território oriental, apoiava a facção contrária ao Brasil. Esse fato levou em 1825 a uma expedição “dos 33 orientais” que era um movimento de sublevação contra o domínio brasileiro do território. Obtiveram vitórias e adesões. Os revolucionários contavam com o poderoso apoio financeiro dos estancieiros de Buenos Aires vinculados à indústria do charque, que tinham interesses nos estoques de gado da Banda Oriental – que então beneficiavam as charqueadas concorrentes localizadas no Rio Grande do Sul.⁸³

Buenos Aires já anunciava a incorporação do território, afirmando deixar o lugar apenas se derrotado em uma guerra. Inicia-se assim a Guerra da Cisplatina. Ela finda em 1828, sendo um desastre a ambos os lados. No Brasil, reforçou o desgaste de Dom Pedro I, na Argentina, levou a queda do governo Rivadavia, em 1827. Ela levou inclusive a outra disputa interna na Argentina, devido às forças que voltaram do conflito da Cisplatina se revoltar com o novo governo portenho. Eles ajudam em um golpe militar e põe fim ao governo de Manuel Dorrego.⁸⁴

O Brasil teve sucesso em bloquear o rio da Prata, prejudicando inclusive comerciantes britânicos. Era ruim a Inglaterra que o Prata fosse dominado por apenas dois países, tanto que a independência do Uruguai se deu também graças ao apoio britânico. Não a toa que o tratado de paz assinado por Brasil e Argentina contou com a mediação de representantes do governo inglês.

A independência de fato desse território apenas ocorreu em 1828, por consequência de uma disputa entre Brasil e Argentina pelo território na “Guerra da Cisplatina”.⁸⁵ Ambos os lados saíram perdendo, e foi nesse limbo que o Uruguai obteve sua emancipação. Mas porque era palco de disputas? Os motivos serão vistos inclusive na Guerra do Paraguai. Em primeiro lugar, por sua posição geográfica; do outro lado do estuário do Rio da Prata, em frente a Buenos Aires; além disso, as águas do porto de Montevideo são mais profundas que as de Buenos Aires, o que é algo melhor. Em segundo, aquele território possuía enorme riqueza em

⁸² FERREIRA, op. Cit., p. 55.

⁸³ FERREIRA, Gabriela. *Conflitos no Rio do Prata*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial Volume I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 329.

⁸⁴ FERREIRA, op. Cit., p. 330.

⁸⁵ FERREIRA, op. Cit., p. 57.

pecuária.⁸⁶ A disputa pelo território não findou com a independência. “Os saladeiros de Buenos Aires e do Rio Grande do Sul competiam, de fato, pelo mercado de couro e charque, e o potencial pecuário do Uruguai era peça importante nessa disputa.”⁸⁷

Essas disputas no recente país desde cedo contribuíram a formação de duas forças políticas que acabaram se enfrentando tanto nas urnas quanto nas armas: blancos e colorados. Alianças entre esses partidos eram feitas além das fronteiras. Na década de 1840 formou-se a aliança entre os blancos e Federalistas na Argentina, enquanto os colorados se aliavam aos Unitários argentinos. No Rio Grande do Sul os farrapos inclusive já se aliaram aos colorados, e isso fez surgir um movimento revolucionário dentro do Império.⁸⁸

Em 1840, Oribe, do Partido blanco, apoiado por Rosas, estabeleceu a capital do país em Montevideú. Como consequência, um governo colorado de resistência se formou. Oribe toma o poder, o que era bom para Rosas. Esse momento marca uma nova fase da política brasileira no Prata. É agora que o governo brasileiro rompe com a política de não intervenção na região platina. Interveio diplomática e militarmente na Argentina, com a intenção de derrubar Rosas, e no Uruguai como veremos adiante.⁸⁹

O Brasil após o conflito da Cisplatina buscou uma política de afastamento das repúblicas vizinhas e isso garantiu uma estabilidade político comparado a elas. Esse fator levou o país a ser hostil à difusão dos ideais republicanos, mantendo-se firme à política externa Bragantina e manteve boas relações com a Europa e Estados Unidos. O Brasil apenas interveio nas questões platinas por motivos relacionados às demarcações de fronteiras, mas não pode atuar mais profundamente no continente devido às diversas revoltas, como a Farroupilha, que ocorreram durante o período regencial. Um desses territórios que sempre preocuparam foi o Rio Grande do Sul. Sua economia produtiva era diferente dos outros centros do Império, e sendo um lugar distante, sempre preocupou movimentos separatistas. A única região que mais necessitava dessa instituição era de fato o Rio Grande do Sul, exatamente por estar situada numa região marcada por diversas disputas. O Brasil ainda estava se organizando politicamente até os idos de 1840. Uma década depois se intensificaram as intervenções militares brasileiras no Prata. Esse desejo de passar a se relacionar mais com os países vizinhos se deu por necessidade das disputas territoriais, intimidação e por precaução.⁹⁰

⁸⁶ FERREIRA, op. Cit., p. 51.

⁸⁷ FERREIRA, op. Cit., p. 331.

⁸⁸ FERREIRA, op. Cit., p. 332.

⁸⁹ FERREIRA, op. Cit., p. 332-333.

⁹⁰ IZECKSOHN, Vitor. *O Cerne da Discórdia*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997, p. 81-84.

Os motivos que levaram a província rio-grandense possuir experiência militar e ideias republicanas e federalistas se deveram muito à Guerra dos Farrapos. Durou 10 anos, eclodiu durante a regência. De um lado, os exaltados e do outro os moderados. A eleição da assembleia legislativa criada devido ao Ato Adicional dera vitória aos moderados, naquela província. A facção contrária, que tinha a proteção do poder central, não quis seguir o sufrágio e pegou em armas, os elementos paisanos, secundados de elementos militares. Sabe-se que a disciplina não era reinante no exército. O presidente rebelde, aclamado, toma o poder em função do apoio da assembleia legislativa composta de uma minoria eleita e de suplentes convocados para preencher o número legal.⁹¹

Não cabe aqui detalhar a revolução, devemos apenas explicar brevemente. O Brasil buscou resolver o problema, mas tiveram problemas, pois o movimento era de rebeldia; além disso, os insurgentes poderiam se refugiar nos países vizinhos onde não havia a jurisdição do Império. Após a vitória do militar do Império perante os farroupilhas, a solução final ao problema se deu com anistia muito generalizada, para agradar aos rebeldes e evitar novos problemas.⁹²

O Paraguai, por sua vez, herdou em sua independência uma estrutura agrária sem latifúndio. Sua independência ocorreu em 1811, porém formalizada apenas em 1842, reconhecida inclusive pelo Império do Brasil.⁹³ Esse país passou por um isolamento perante seus países vizinhos, pois julgava Francia⁹⁴ que apenas assim o Paraguai evitaria uma Guerra Civil. Francia eliminou toda a oposição no país, secularizou os bens da Igreja e regulou fortemente a economia, principalmente erva-mate e tabaco. O seu comércio se centrava com a Argentina, pelo território de Corrientes, e com o Brasil, pela Villa de Itapúa.⁹⁵ Sua indústria naval se formou graças as mais variadas espécies de madeira, além de seu imenso potencial de navegação fluvial.⁹⁶ “(...) sua neutralidade perpétua e o seu soberbo isolamento bastariam para manter os ‘apóstolos revolucionários’ fora do Paraguai e as mãos longe do fogo que calcinava o resto da América independente.”⁹⁷

Em 1840, o Paraguai voltou a interagir mais nas questões platinas. Em 1844, após Francia ser sucedido por duas juntas militares, o congresso elegeu Carlos Antônio Lopez, pai

⁹¹ LIMA, Oliveira. *O Império Brasileiro (1821-1889)*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989, p. 25.

⁹² LIMA, op. Cit., p. 26-27.

⁹³ DORATIOTO, op. Cit., p. 23.

⁹⁴ José Gaspar Rodríguez de Francia, ex-líder do governo paraguaio e antecessor de Carlos Antônio Lopez, pai de Solano Lopez.

⁹⁵ DORATIOTO, op. Cit., p. 25.

⁹⁶ RAMOS, op. Cit., p. 300-301.

⁹⁷ RAMOS, op. Cit., p. 301.

de Solano Lopez, como presidente. Entretanto, ele deu continuidade ao governo autoritário de Francia, com a diferença de que agora o país estava se abrindo ao mundo a sua volta, assinando tratados comerciais, por exemplo. Até esse período, o Paraguai ainda era um país que carecia de uma economia moderna, ainda fortemente controlada pelo Estado, e capital.⁹⁸

As tentativas de modernização do país guarani ainda conflitavam com Rosas, presidente da Argentina, que se recusava a reconhecer a independência do Paraguai. Quem se posicionava favorável a ele foi o Império do Brasil, cuja independência já havia reconhecido. Essa aproximação era estratégica, pois o Império buscou um aliado, visando isolar Rosas nas questões platinas. Segundo Doratioto, essa atenção era devido ao cenário do Prata, manter boas relações com o Paraguai garantia a navegação no rio Paraguai, além de impedir tentativas imperialistas da Argentina de se apoderar desses territórios, o que seria propício a uma invasão do Império. É por esse motivo que o Brasil apoiava o Partido colorado no Uruguai, pois eram favoráveis à livre navegação do Prata e ao livre comércio; em contrapartida, Rosas apoiava o Partido blanco. A queda de Rosas na Argentina criou uma fratura política no país, e para sorte do Paraguai, ambas as facções reconheceram a independência do país guarani. Essa queda possibilitou o desenvolvimento do Paraguai, fazendo o país caminhar a uma rápida modernização, porém ela se deu muito mais no campo militar do que nos demais. Solano Lopez, na época apenas filho do presidente, foi a Inglaterra para comprar armamento. Inclusive o próprio país enviou jovens ao exterior para se formarem técnicos e servirem a pátria. Ou seja, o Paraguai não se modernizou “de dentro”, mas graças ao capital estrangeiro inglês que inclusive era responsável por 75% das exportações paraguaias.⁹⁹

As relações com o Brasil ficaram um pouco tensas na década de 1850. Carlos Lopez, presidente do Paraguai, fazia jogo de pressão contra o Império no tocante a navegação no Rio Paraguai, muito importante devido a facilidade que ele proporcionava de se chegar a província do Mato Grosso (estado cuja fronteira era alvo de disputas territoriais com o Paraguai) perante o caminho por terra, que para a época era praticamente impossível. Esse problema fez o Brasil ameaçar declarar guerra ao Paraguai caso ele continuasse com tal política. Essa ameaça levou a assinatura de um tratado de livre navegação que acabou por postergar as disputas. Apesar do tratado, o Paraguai não o cumpriu, continuando a política anterior. Esse fato levou o Brasil a se fortalecer militarmente visando um possível conflito. Outra medida tomada foi a negociação de uma cooperação militar junto a Argentina contra o

⁹⁸ DORATIOTO, op. Cit., p. 26.

⁹⁹ DORATIOTO, op. Cit., p. 27-30.

Paraguai, caso ele atrapalhe os interesses de ambos os países. A Confederação da Argentina ainda permitiu a travessia do exército brasileiro pelo território de Corrientes, território de fronteira com o Paraguai e de fácil acesso ao país. Em contrapartida, o Império deveria ajudar a confederação com apoio marítimo caso Buenos Aires volte a atacá-la. Isso levou o Brasil a apoiar Urquiza. O Império e sua poderosa marinha facilmente bloqueariam o porto de Buenos Aires, o que ajudaria a confederação em uma rebelião. Urquiza inclusive fez empréstimos com o Brasil, até mesmo o Barão de Mauá assinou tratados com os confederados. Segundo Doratioto, essa aproximação se deu por motivos econômicos. Era bom ao Brasil que Buenos Aires fosse dominada por seus inimigos, pois seu porto traria mais recursos que garantiriam o pagamento dos empréstimos. Os confederados ainda apoiavam a livre navegação no Prata.¹⁰⁰

Tanto Carlos quanto Solano Lopez acreditavam que uma guerra contra as duas maiores potências da América Latina era inevitável devido aos inúmeros conflitos que giravam em torno da navegação do Rio Paraná. Esse é um dos motivos do foco em modernização militar. Além disso, esse fator induziu a certas atitudes e opiniões de Carlos Lopez. Ele desejava uma ruptura da unidade Argentina que sempre se deu entre confederados e portenhos; essa divisão enfraqueceria o país e possibilitava maior segurança da independência paraguaia. Lopez não só queria garantir seu território, como também expandi-lo. Esse desejo o fez entrar em disputa com o Brasil acerca do território do Mato Grosso, o que gerou disputas entre ambos os países. Os dois países eram difíceis de ceder território, entretanto, Lopez não queria rivalidade com o país à leste, era paz o seu desejo, até porque já havia disputas contra a Argentina em questões de território e uma disputa com dois países não seria benéfico. Por parte do Império do Brasil, era desejoso evitar um conflito com o país à oeste. O Império habilitou Carvalho Borges para negociar limites de fronteira com o líder do paraguaio. O chanceler brasileiro deixava claro que sempre respaldaria o Paraguai na manutenção de sua integridade. O Império inclusive desejava negociar em condições justas acerca do território de ambos, mas não ajudaria Lopez em disputas territoriais com outros países, apenas com o Brasil, sendo que não cederia nenhuma porção de terra.¹⁰¹

Não era esperado que o Paraguai fizesse alguma movimentação militar contra o Brasil. Nesse momento da história latino-americana, como já comentado, a Confederação Argentina de Urquiza é derrotada por Buenos Aires, sob a liderança de Bartolomé Mitre, em 1861. Ao mesmo tempo, reuniões sobre disputas territoriais eram travadas entre Carvalho Borges e pai e filho Lopez. Esse evento não foi visto com bons olhos aos paraguaios, que

¹⁰⁰ DORATIOTO, op. Cit., p. 31-34.

¹⁰¹ DORATIOTO, op. Cit., p. 35-37.

notaram um tom belicoso vindo do Brasil. Queixavam-se das “provocações” do Império, da imprensa carioca e das movimentações de tropas na região de disputa. Julgava o Paraguai que a navegação do Brasil no Rio Paraná os prejudicava, visto que acreditavam ser um meio do país de enviar tropas ao Mato Grosso. Além disso, a vitória de Mitre deixava os Lopez apreensivos devido ao reforço militar que estavam fazendo. Lopez oferecia dividir o território litigioso, porém o Império não aceitava. A tensão torna-se maior e o Paraguai passa a se fortalecer também. Inicia-se a mobilização de homens e recursos para um possível futuro de guerra.¹⁰² Mesmo assim, todo o imaginário da elite brasileira quanto ao Paraguai não era no sentido de os acharem adversários difíceis de vencer.

A elite do Império do Brasil via o regime de Lopez como “ditatorial”, cuja economia era dirigida de forma centralizada. Além disso, a composição racial predominantemente indígena dava a impressão de que eram inferiores tanto em relação à autoimagem europeia do Brasil (simbolizada pela sua forma de governo: uma monarquia constitucional), assim como a sua economia baseada na agricultura de exportação e às suas capacidades demográficas e bélicas. Esses fatos levados em conta pelas elites os deixaram perplexos perante a campanha do Paraguai ter durado cinco anos, que também demonstrou a evidente despreparação militar do Brasil, o que implicou avaliações adversas sobre a eficácia das medidas governamentais de segurança e defesa do Império.¹⁰³

Em 1862 tivemos um momento de grande importância nos países platinos. Francisco Solano Lopez chega ao poder, na Argentina, a reunificação do território sob a liderança portenha e no Brasil, a ascensão do Partido Liberal no governo. Solano Lopez assumiu após convencer seu pai, a grande diferença de ambos era que Lopez filho era mais autoritário. Prendeu deputados de oposição, nacionalizou a Igreja e usava do dinheiro público para seu conforto próprio.¹⁰⁴ Solano assumiu um país em estado estável, unificado, sem dívidas e com certa modernização militar perante aos demais países a sua volta. O país continuava a deter 80% do comércio externo e interno. Além disso, o novo líder buscava se interessar e intervir nas relações internacionais do Prata, pois buscava mais comércio. Essa nova política os colocou em rota de colisão com o Brasil e Argentina. Assim chegamos a um ponto onde alianças serão feitas entre as diversas facções platinas. No Uruguai, temos os blancos e colorados. Paraguai e confederados argentinos se aliam aos blancos. Blancos disputavam o controle portuário do Prata contra Buenos Aires. Mitre apoiou os colorados e era simpático ao

¹⁰² DORATIOTO, op. Cit., p. 38-39.

¹⁰³ IZECKSOHN, op. Cit., p. 87.

¹⁰⁴ DORATIOTO, op. Cit., p. 42.

Império do Brasil. Colorados queriam aliança com o Brasil, tanto que fizeram tratados de navegação que eram benéficos ao Império. Blancos queriam taxar as exportações de gado do Rio Grande do Sul que atravessavam seu território. Todas essas disputas e contradições desencadearam a Guerra do Paraguai.¹⁰⁵ Mais do que isso, ela foi resultado da “(...) consolidação dos princípios de distribuição de poder no Prata, contra uma tentativa de criar uma ‘terceira via’, articulada pelo governo nacionalista blanco do Uruguai, províncias argentinas secesionistas e por López no Paraguai.”¹⁰⁶

Para alívio dos interesses de Mitre e dos gaúchos brasileiros, Berro sai do poder no Uruguai. Esse fato possibilitou a invasão do Uruguai por Venâncio Flores, do partido colorado, cujos preparativos de guerra foram feitos em Buenos Aires. O ano foi de 1863, e ao mesmo tempo, o Partido blanco busca uma aproximação do Paraguai, através do envio de Juan José Herrera, e alertá-los dos perigos que ambos os países corriam. Herrera pensava em uma aliança entre ambos os países com a intenção de evitar um desequilíbrio no Prata. Procurou também se aproximar dos separatistas argentinos. Suas ações fizeram a proposta de um tratado de aliança entre Uruguai e Paraguai, que previa apoio recíproco na garantia de suas soberanias. Lopez não aceitou o tratado, assim como não se comprometeu com a capital Uruguai nem com Urquiza, porém declarou que talvez cooptasse na defesa do Uruguai caso os argentinos declarassem guerra. Lopez não era favorável, ao que podemos imaginar, a uma separação da Argentina, pois enfraqueceria o poder desse país, dando ao Brasil soberania total na região. Ele queria que Urquiza atacasse Buenos Aires e instruiu seu diplomata Camiños a fazer isso. Ele queria, sim, uma troca de poderes. Lopez acreditava que as disputas internas no Uruguai e na Argentina poderiam trazer equilíbrio na região. Era visto pelos federalistas e blancos como um possível aliado.¹⁰⁷

Em 1863, Argentina e Uruguai estavam em grandes tensões devido a reclamações do governo uruguaio de que a Argentina estava recebendo rebeldes colorados em seu território para se prepararem para um ataque a Berro. Assinaram um acordo onde argentinos se comprometeram a impedir a entrada desses rebeldes, mas um árbitro deveria ser eleito para a querela. Esse acordo acabou por ser cancelado por Mitre em virtude de ter indicado Dom Pedro II como árbitro nesta disputa, enquanto Berro insistia que Lopez é quem deveria ser. As

¹⁰⁵ DORATIOTO, op. Cit., p. 43-45.

¹⁰⁶ TORAL, André. *Imagens em Desordem*. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2001, p. 27.

¹⁰⁷ DORATIOTO, op. Cit., p. 46-48.

disputas se acirram entre ambos os países, tendo eles se rompendo. Lopez tratou a recusa argentina como uma repulsa a sua figura, tendo até mesmo intimidado o governo.¹⁰⁸

Nesse momento, brasileiros eram hostilizados por uruguaios na fronteira, dando motivos para deputados debaterem uma intervenção; eles não queriam que os rio-grandenses se aliassem aos colorados caso o Império não solucione os problemas, o que poderia causar novas tentativas de separatismo. Nesse clima, o Marquês de Caxias foi consultado sobre uma possível intervenção, tendo ele achado desnecessário e que o ideal seria reforçar nas fronteiras gaúchas. Apenas desse esforço, os deputados no Rio de Janeiro acabam por querer induzir o Brasil ao ataque. Provavelmente havia interesses por trás da invasão. Doratioto nos alerta que o Partido Liberal queria um levantamento de seu prestígio perante a opinião pública, desgastada pela humilhação¹⁰⁹ perante os ingleses na questão Christie.¹¹⁰

Uma nova reviravolta acontece no país ao sul: uma guerra civil inicia-se após o término do mandato de Berro. Os colorados não aceitaram que o presidente do senado, do partido blanco, fosse seu sucessor. Além disso, havia a possível intervenção do Império, tendo facções uruguaias prometendo resistir ao Brasil e Argentina, além de depositar sua fé em Solano Lopez. Em meio à crise, não cessam as reclamações do Império acerca dos ataques aos brasileiros. Para tentar solucionar o problema, é enviado José Antônio Saraiva no Uruguai, com a intenção de intimidar e buscar indenizações aos brasileiros lesados. Isso por fim deu tempo para o Império se preparar ao ataque.¹¹¹

Saraiva não intimidou os uruguaios, confiantes da ajuda do Paraguai; enquanto isso, a Argentina queria manter-se neutra na querela. Nesse ponto, não era possível saber quem venceria na “Banda Oriental”, Flores carecia de infantaria para avançar sobre Montevideú, já Aguirre, não tinha condições de expulsar os colorados do país. Todo esse cenário foi acompanhado por seus vizinhos, cada um com seu posicionamento próprio. Brasil queria os colorados no poder, a Argentina, um acordo de paz entre blancos e colorados; apesar de Mitre achar que uma vitória colorada traria vantagens a seu país. Posteriormente, representantes dos dois países e um outro diplomata inglês se reuniram com Aguirre para negociar uma saída pacífica ao embate. O acordo chegou a Flores, que aceitou um armistício na Guerra Civil; sendo que Aguirre também topou, desde que Flores desmontasse seu exército.¹¹²

¹⁰⁸ DORATIOTO, op. Cit., p. 49-50.

¹⁰⁹ A questão Christie foi uma crise diplomática entre o governo brasileiro e britânico que ocorreu devido à conflitos nas relações internacionais que teve como consequência o rompimento das relações diplomáticas entre os dois países, principalmente pela atuação do embaixador britânico no Brasil, William Dougal Christie.

¹¹⁰ DORATIOTO, op. Cit., p. 51-52.

¹¹¹ DORATIOTO, op. Cit., p. 52.

¹¹² DORATIOTO, op. Cit., p. 53-55.

Quando tudo parecia resolvido, Aguirre desistiu do acordo, não aceitando as condições de seu rival. “Quando todos consideravam a paz um fato consumado, Aguirre recuou e afirmou que somente consideraria a possibilidade de alterar o ministério após a desmobilização das forças coloradas”¹¹³ Essa decisão traria graves consequências, como alertou ao presidente o diplomata inglês Thornton. Aguirre não queria mudar seu ministério, não quis mais saber de negociar uma saída onde todos teriam que perder para ganhar um pouco. Assim, Elizalde, Saraiva e Thornton, diplomatas da Argentina, Brasil e Inglaterra, respectivamente, acabou por declarar encerrada sua missão pacificadora; ela só ajudou a firmar um sentimento de confiança mútua entre os dois maiores países da América do Sul. Quem saiu ganhando foi Flores, agora mais respeitado, pois se mostrou conciliador.¹¹⁴

Thornton buscava ajudar na solução de impasse no Prata. O fim da guerra civil no Uruguai, que era prejudicial aos interesses comerciais da Inglaterra, foi uma tentativa frustrada de sua atuação.¹¹⁵ Tentou ainda perante o Paraguai retirar as suspeitas do país quanto à atuação brasileira no Uruguai, tentando evitar um embate entre ambos. “Perante o chanceler José Borges, Thornton afirmou que o Brasil não tencionava ameaçar a independência uruguaia e buscava, conforme direito inerente a qualquer nação, obter desculpas para as injúrias que sofrera do governo uruguaio.”¹¹⁶ Vários impasses se seguiram, tendo o Paraguai tentado jogar o Brasil contra a Inglaterra. Pouco tempo depois, Saraiva se reuniu com Mitre, tendo Thornton presente na reunião, para planejar uma possível invasão conjunta ao Uruguai para acabar com a guerra civil e fazer com que ocorram novas eleições. Mitre não quis atacar, mas apoiaria uma intervenção do Brasil.¹¹⁷

Aguirre enviou Antonio de las Carreras ao Paraguai, para alertá-lo dos interesses anexionistas do Brasil, além disso, afirmou que caso a Argentina resolvesse seus impasses separatistas, eles iriam ameaçar o Paraguai. O presidente uruguaio, em carta, pede que Lopez intervenha no Prata como medida de segurança da região. A essa altura, ele achava que o Brasil e Argentina estavam atuando de comum acordo contra seus países. Em seguida, para aumentar as tensões, Saraiva enviou um ultimato a Aguirre: ele teria seis dias para cumprir as exigências do Brasil; caso não, haveria uma invasão. Saraiva partiu do Uruguai e foi a Buenos

¹¹³ DORATIOTO, op. Cit., p. 55.

¹¹⁴ DORATIOTO, op. Cit., p. 55-56.

¹¹⁵ DORATIOTO, op. Cit., p. 57.

¹¹⁶ DORATIOTO, op. Cit., p. 57.

¹¹⁷ DORATIOTO, op. Cit., p. 57.

Aires, assinar junto a Rufini de Elizalde um documento afirmando que a intervenção que fariam teria o intuito de levar a paz.¹¹⁸

Esse documento procurava legitimar a intervenção em Montevideu, desde que feita por motivos lícitos e com respeito ao território e a independência do país. A essa altura, o Partido blanco perdeu a noção da realidade de quem se voltara contra seu presidente. Uruguai rompe relações diplomáticas com o Brasil e envia a Lopez uma cópia do ultimato de Saraiva, o qual faz o Paraguai protestar diante a invasão. Lopez faz uma declaração: não assumiria nenhuma responsabilidade pelas consequências de qualquer ato brasileiro. O protesto gerou muitas manifestações, realizadas sobretudo por ordens do próprio presidente do país guarani. Este momento foi propício para Lopez, pois poderia se colocar como uma potência regional.
119

Lopez passa a ameaçar Brasil e Argentina, porém ninguém acreditava que o Paraguai iria romper relações com o Império em decorrência do ultimato ao Uruguai, naquela altura, ninguém acreditava que o Paraguai poderia interferir no conflito; pelo contrário, a espionagem sobre o Paraguai acreditava que havia um possível desejo do governante guarani de se afastar do Uruguai.¹²⁰

Essa possibilidade de afastamento não se concretizou, pelo contrário: houve crescente hostilidade dos políticos paraguaios quanto ao Brasil. Lopez não ficou de fora dessa, fazendo inúmeros discursos violentos e passou a se mostrar disposto a ajudar o Uruguai. Todo esse discurso vinha tarde, pois já se iniciara a intervenção do Império. Viana de Lima, ministro brasileiro recém empossado em Assunção, considerava uma possível invasão ao Brasil, apesar de conhecer e comunicar sobre a precariedade de seu exército. Apesar de não crer nas ameaças de Lopez, achou inevitável no futuro não haver algum embate entre ambos. Segundo o mesmo, havia elementos da elite paraguaia que desejavam um confronto com o Brasil por achar que esse era o único meio de fazer Lopez cair do poder e ter o fim de sua ditadura.¹²¹

Em 20 de outubro, o Almirante Tamandaré assinou com Venâncio Flores um tratado de cooperação militar, visto que os colorados careciam de recursos. Alguns dias antes, uma brigada brasileira invade o Uruguai. Em Janeiro de 1865, as tropas caminham à Capital. Enquanto isso, tropas uruguaias adentram no Rio Grande do Sul e promovem saques. No momento em que havia tais movimentações de tropas, uma Legação norte-americana em

¹¹⁸ DORATIOTO, op. Cit., p. 58.

¹¹⁹ DORATIOTO, op. Cit., p. 59.

¹²⁰ DORATIOTO, op. Cit., p. 60.

¹²¹ DORATIOTO, op. Cit., p. 61-62.

Assunção gerou um informe sobre o desejo de Lopez de confrontar o Brasil, além de afirmar que ele estava se preparando para isso, enquanto o Brasil acreditava que teria uma campanha fácil contra os blancos.¹²²

Enquanto ocorria a invasão brasileira, Lopez resolve reagir. Em 11 de novembro de 1864 o navio brasileiro “Marquês de Olinda”, onde a bordo estava o recém empossado presidente da província de Mato Grosso, o Coronel Carneiro de Campos, chegou a Assunção com destino a Cuiabá, pois para chegar até a capital, por via fluvial, era necessário passar pelo rio Paraguai que atravessava a cidade. Como retaliação ao Brasil, Lopez ordena a captura deste navio. Posteriormente, a chancelaria paraguaia informou ao governo britânico que essa ação respondia às ações hostis iniciadas pelo Brasil. Foi uma falsificação, pois o Brasil não tinha declarado guerra ao país guarani, mas foi isso que Lopez quis dar a entender para ter pretexto para a invasão. O Império considerou o ato como pura pirataria.¹²³

Diferente do que os paraguaios imaginaram, o navio não levava armas; não era uma tentativa de ataque. O navio foi apreendido e foi até usado pelo Paraguai na batalha do Riachuelo.¹²⁴ Carneiro Campos foi preso, junto com outros oficiais; os demais tripulantes foram libertos e se refugiaram em Buenos Aires. Quando o Império pediu explicações sobre a atitude, Lopez rompe relações com o Brasil e proibiu a navegação brasileira nos rios que atravessavam seu país. Diplomatas brasileiros foram presos, outros fugiram. O Cônsul-Geral brasileiro no Paraguai, Barbosa, é preso e morre em cárcere, em fevereiro de 1968.¹²⁵

Sem demora, Lopez já inicia os preparativos para invadir o Mato Grosso, e em seguida, o Rio Grande do Sul. Ele achou que teria chances de vitória, pois seus informantes diziam que o exército brasileiro no Uruguai era fraco e de difícil mobilização. Achou que, devido os gastos altos do Brasil, havia interesse anexionista. Com a invasão, acreditou que o exército brasileiro recuaria. Também acreditava que, caso o Império vencesse na Banda Oriental, a Argentina se voltaria contra eles. Tudo isso se baseava, segundo Doratioto, em equívocos derivados da falta de diplomatas e informantes competentes no Prata. O autoritarismo de Lopez o fez tomar a decisão sozinho,¹²⁶ que ainda nas palavras do autor citado, “(...) sua excessiva autoconfiança levou-o ao voluntarismo, a superestimar o poder

¹²² DORATIOTO, op. Cit., p. 63-65.

¹²³ DORATIOTO, op. Cit., p. 66.

¹²⁴ DORATIOTO, op. Cit., p. 67.

¹²⁵ DORATIOTO, op. Cit., p. 67-69.

¹²⁶ DORATIOTO, op. Cit., p. 69-70.

nacional paraguaio e a fazer uma análise equivocada da correlação de forças militares e políticas no Prata.”¹²⁷

Esse novo cenário levou o Partido Liberal do Brasil a se movimentar. Nomeiam Paranhos, um conservador, para cargo diplomático, onde passa a defender o não recuo do Império perante a ofensiva, nem que voltem atrás quanto ao Uruguai. Ele foi enviado a Buenos Aires com o intuito de buscar uma aliança para uma intervenção conjunta na Banda Oriental. Isso era necessário por faltar ao Império condições para invadir Montevidéu, além de poupar tropas para conseguir se defender perante um ataque do país à esquerda. Mitre não aceitou a aliança, não tomou partido por temer aprofundar o descontentamento interno que poderia causar novas revoltas separatistas, principalmente das províncias de Entre Rios e Corrientes, devido sua proximidade e semelhanças com o Paraguai. Entretanto, ele ficou desejoso de que o Brasil saia vitorioso; ele era simpático ao Império.¹²⁸

As interpretações históricas quanto a esse momento são várias. Para o historiador argentino Tjarks, tanto os liberais de Brasil e Argentina queriam uma intervenção armada no Prata e se articularam para isso, mesmo que seus governantes possuíssem postura antiliberal. Para Doratioto, é farta a documentação mostrando que Brasil e Argentina não queriam atacar o Paraguai e Uruguai. O Brasil fez essa guerra impulsionado por interesses dos pecuaristas gaúchos, que estavam sendo taxados pelo governo do Uruguai (que também proibia escravos em propriedades rio-grandenses no Uruguai), como já comentado; e pelos desejos dos liberais que queriam fazer a opinião pública se esquecer da derrota humilhante perante a Inglaterra na questão Christie.¹²⁹

Aqui confrontamos uma interpretação altamente popular de que a guerra havia sido impulsionada pelos interesses ingleses. Segundo essa narrativa, o Paraguai era um país em franco crescimento e que ameaçava o comércio da Inglaterra, tendo eles impulsionado o Brasil, a Argentina e o Uruguai a atacá-los para destruir sua economia e poupar a concorrência aos bens britânicos. Decorre dessa narrativa um anacronismo histórico que tenta fazer do Paraguai do século XIX uma espécie de Cuba:¹³⁰ um país isolado e que por suas próprias forças estava se desenvolvendo e irritando os imperialistas.

¹²⁷ DORATIOTO, op. Cit., p. 71.

¹²⁸ DORATIOTO, op. Cit., p. 71-72.

¹²⁹ DORATIOTO, op. Cit., p. 72.

¹³⁰ LOHN, Reinaldo Lindolfo. Uma história fardada: *a Guerra contra o Paraguai vista de Santa Catarina*. In: BRANCHER, Ana; AREND, Silvia M. F. (org.). *História de Santa Catarina no século XIX*. Florianópolis: EdUFSC, 2001, p. 168.

A tal narrativa foi concretizada principalmente no Brasil pela obra “Genocídio Americano” do jornalista Júlio José Chiavenato.¹³¹ Nas palavras de Mário Maestri:

“Com talvez mais de cento e cinquenta mil exemplares vendidos, o livro tornou-se referência da historiografia brasileira, pautando os futuros estudos e debates sobre a Grande Guerra Sul-Americana. A redação para o grande público, sem notas de rodapé, em linguagem jornalística erudita, facilitou o enorme acolhimento, determinado, sobretudo pelo momento da publicação, que condicionou a própria feitura do trabalho, quanto à forma, linguagem e conteúdo. As sequelas da crise mundial de meados de 1970 embalavam a retomada das mobilizações sindicais e democráticas, trincando a hegemonia construída pela ditadura apoiada no, “Milagre Econômico” e na repressão.”

¹³²

O sucesso da obra, para Silvânia de Queiroz, e sua aceitação, se deveu mais por ela atacar a visão tradicionalista de que a guerra foi obra de Lopez e que os “heróis militares”, como Caxias, Osório, Tamandaré, etc. na verdade foram genocidas, atacando simbolicamente e constringendo o regime militar que o Brasil até então vivia.¹³³ Entretanto, há uma carência de documentos que corrobore com essa tese de Chiavenato. Para León Pomer, “A guerra não foi promovida pelo governo inglês, e eu, pessoalmente, não tenho provas de que os estadistas britânicos a tenham desejado (...) como parte de uma política no Prata.”¹³⁴ Para Francisco Doratioto, “Culpar a Grã-Bretanha pelo início do conflito satisfaz, nas décadas de 1960 a 1980, a distintos interesses políticos”¹³⁵. O Paraguai pode ser visto, para Reinaldo Lindolfo Lohn, como uma espécie de Cuba do século XIX¹³⁶. Mais ainda, para Leslie Bethell, o autor considera existirem poucas ou até mesmo nenhuma evidência de uma manipulação inglesa no conflito. A guerra inicia-se mesmo pela iniciativa do Brasil, Argentina, Uruguai e o próprio Paraguai.¹³⁷

A guerra foi provocada pelo contexto do Prata, de intervenção militar feita pelos países. O Brasil, impulsionado por interesses internos, atacou o Uruguai e contou com o apoio moral de Mitre. A continuidade da invasão se deveu também ao fato de Aguirre não ter mudado sua postura quanto ao Brasil e Argentina. Segundo Doratioto, ele manteve sua postura de permanecer no poder por receber a informação de que o Paraguai iria atacar o

¹³¹ CHIAVENATTO, Julio José. *Genocídio Americano: A guerra do Paraguai*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

¹³² MAESTRI, Mário. *A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]*. La Guerra del Paraguay: historiografías, representaciones, contextos – Anual del CEL, Buenos Aires, 3-5 de noviembre de 2008, Museo Histórico Nacional, Defensa 1600 Nuevo Mundo/Mundos Nuevos. <http://nuevomundo.revues.org/55579>.

¹³³ QUEIRÓZ, Silvânia de. *Revisando a Revisão*. Porto Alegre: Clube de Autores, 2014.

¹³⁴ Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs091110.htm> > Acessado em: 11/06/2020

¹³⁵ DORATIOTO, op. Cit., p. 87.

¹³⁶ LOHN, op. Cit., p. 168.

¹³⁷ BETHELL, Leslie. *O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai: história e historiografia*. In: BETHELL, Leslie. *A Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p. 147.

Brasil pelo Rio Grande do Sul para apoiá-los, mas que de fato não ocorreu no momento em que se esperava, na primeira semana de dezembro. O Uruguai só pode recorrer a ajuda vinda da Europa, mas sem efeito: Aguirre sucumbiu às pressões internas, deixando a presidência do país. Para a infelicidade dos planos de Lopez, em 20 de fevereiro de 1865, um representante italiano no Uruguai se reuniu com Paranhos e ajudou nas negociações de paz, que culminaram na assinatura do tratado de paz de Villa Union. Por esse documento, o cargo de presidente do país seria dado à Venâncio Flores.¹³⁸

Esse acordo foi basicamente um arrebato de Montevideu sem o disparo de uma bala. Flores, novo presidente, foi muito amigo do Brasil, ajudando o Império na guerra contra o Paraguai posteriormente. Recebeu apoio moral e material do Império para se manter no poder.¹³⁹

Nesse contexto vem a tona o ocorrido em Paissandu, onde tropas coloradas fuzilaram prisioneiros de um cerco entre o Império e o partido da cidade de Paissandu. Esse incidente provocou a demissão de Paranhos e uma série de conturbações no Uruguai, tendo Aguirre, antigo presidente, queimando em praça pública os tratados assinados com o Brasil em 1851¹⁴⁰. Na mesma noite, bandeiras do Brasil foram incendiadas.¹⁴¹

Esses atos contra o Brasil deram forte impulso a um sentimento belicista na opinião pública contra o Uruguai e que acabou por se desviar em direção ao Paraguai. Com a demissão de Paranhos, tentativas de solução diplomáticas foram eliminadas e a guerra tornou-se inevitável.¹⁴² O jornal “El Nacional”, da Argentina, se antecipou e já noticiava a invasão de Lopez ao Brasil, além de falar que iria se formar a

“(…) Tríplice aliança entre da República Argentina, o Império do Brasil e o Estado Oriental, contra Lopez de Assunção. (...) Se isso ocorrer, estarão satisfeitos os nossos mais ardentes desejos (...) de derrubar o tirano que oprime o Paraguai, que terá tido a imprudência de provocar-nos. Esperamos um pouco mais e a luz se fará.”¹⁴³

A guerra já era realidade, mas o conflito vai mais além do que apenas disputas militares.

¹³⁸ DORATIOTO, op. Cit., p. 73-74.

¹³⁹ DORATIOTO, op. Cit., p. 75.

¹⁴⁰ “Tratado de Limites entre o Brazil e a Republica Oriental do Uruguay.”

¹⁴¹ DORATIOTO, op. Cit., p. 75-76.

¹⁴² DORATIOTO, op. Cit., p. 78-79.

¹⁴³ EL NACIONAL. Buenos Aires: 11 de abril de 1865.

A GUERRA DO PARAGUAI NO CONTEXTO DO DEBATE CIVILIZACIONAL

A IMPRENSA PLATINA E A GUERRA DO PARAGUAI

Há receios em usar como fonte histórica jornais para se estudar acontecimentos, visto que ele foi escrito dentro de um contexto próprio, cujos interesses e atuações são para um público leitor específico. Exatamente por isso devemos partir de uma análise e explicação do seu uso na história e em meu trabalho. Não estamos aqui construindo uma narrativa história por meio dos jornais, e sim um estudo da mentalidade civilizacional empregada por eles para descrever os eventos listados. Teremos uma metodologia para estudá-los, como compreender o contexto histórico onde eles estão inseridos. O jornal se situa:

“Em dois tempos: um objetivo que interpreta o texto escrito efetivamente e outro subjetivo que precisa entender aquilo que não aparece escrito, mas é possível identificar à luz do contexto histórico. Assim, o estudo da imprensa necessita do reconhecimento do que está em torno dela, já que essa mesma imprensa está invariavelmente atrelada ao seu tempo histórico.”¹⁴⁴

Outro fato fundamental é saber que essa fonte foi escrita não por uma, mas por uma pluralidade de pessoas, de pensamento e posicionamento muitas vezes divergentes. Para Robert Darnton, falando da imprensa francesa em comparação ao periódico *The Times*, ele analisa a existência inúmeros fatores importantes a se conhecer em uma tipografia: as relações entre os redatores, os repórteres e editores, a diferença hierárquica dos membros da empresa, a questão das possíveis manipulações de reportagens, etc.¹⁴⁵

“Devemos levar em conta também as pressões externas que ele pode vir a sofrer, seja censura de governo por motivos partidários, censura de guerra. O pesquisador deve ter ciência de que um periódico, independente de seu perfil, está envolvido em um jogo de interesses, ora convergentes, ora conflitantes. O que está escrito nele nem sempre é um relato fidedigno, por ter por trás de sua reportagem, muitas vezes, a defesa de um posicionamento político, de um poder econômico, de uma causa social, de um alcance a um público alvo etc., advindos das pressões de governantes, grupos financeiros, anunciantes, leitores, grupos políticos e sociais, muitas vezes de modo dissimulado, disfarçado (por isso também o cuidado com análises que focam exclusivamente nos editoriais para conhecer o posicionamento do periódico.”¹⁴⁶

¹⁴⁴ SOSA, Derocina Alves Campos. *A história política do Brasil (1930-1934) sob a ótica da imprensa gaúcha*. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2007, p. 11-12.

¹⁴⁵ DARNTON, Robert. *O beijo lamourette: Mídia, cultura e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

¹⁴⁶ LAPUENTE, Rafael. *O jornal impresso como fonte de pesquisa: delineamentos metodológicos*. Porto Alegre: 10º Encontro Nacional de História da Mídia, 2015, p. 6.

Outro ponto importante a se saber é o impacto que o jornalismo exerce na opinião pública, principalmente no público leitor, visto que o analfabetismo era grande. Em nosso período de estudo - 1864 até 1870 - não havia internet, telefone e muito menos uma rede de transporte rápida como temos hoje, logo, além das notícias chegarem com certo atraso, elas eram as fontes únicas de informação que as pessoas tinham. Ter capital para criar uma tipografia não era algo que todos tinham, as possibilidades de divulgação de informação eram restritas a certos grupos. Entretanto, aqueles que compram os jornais são de número maior e a qualquer momento podem cancelar assinatura. Logo, era de interesse dos proprietários cativarem o leitor. Em uma análise breve de um jornal qualquer do século XIX, vemos publicações de literatura, poesia, anúncios, propagandas, charges, ilustrações, reclames, etc. Esses recursos buscam credibilidade e fidelidade do público alvo. Por isso tudo, não devemos também "(...) tomar a imprensa como instância subordinada às classes dominantes, mera caixa de ressonância de valores, interesses e discursos ideológicos".¹⁴⁷

Além disso, havia jornais dedicados a públicos específicos. No Rio de Janeiro, por exemplo, havia jornais literários, dedicados a certo público. Entretanto, nosso foco está nos leitores de política e notícias, cujas opiniões políticas podem ser vistas já em seus títulos. Por exemplo: "Correio mercantil, e instructivo, político, universal"; "A reforma: órgão democrático"; "A pátria: folha da província do Rio de Janeiro", etc. Não podemos deixar de levar em conta que nem sempre os títulos se referem com precisão exatamente aquilo que os editores defendem politicamente. Os jornais poderiam ser até mesmo administrados por uma pessoa, algo possível, segundo Toral, graças ao clima de liberdade de imprensa no Brasil. Basicamente não havia restrições à circulação deles.¹⁴⁸

Semelhante interpretação pode fazer-se quanto à imprensa do Paraguai durante a guerra. No país à oeste do Brasil, durante a guerra, tínhamos um exército com elevada taxa de alfabetização,¹⁴⁹ o que tornou propício o uso dos jornais como instrumento doutrinador, moralizador e de propaganda. Foi obviamente uma arma de guerra. Não só os textos escritos, mas também o uso de ilustrações como arma de informação. Dois jornais de destaque foram "El Centinela" e "Cabichuí". Eram cheios de xilogravuras que reforçavam os textos propagandísticos do Estado.

¹⁴⁷ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008, p. 116.

¹⁴⁸ TORAL, op. Cit., p. 59.

¹⁴⁹ ESCOBAR, Ticio. A gravura popular, outra imagem da guerra. In: BETHELL, Leslie. A Guerra do Paraguai: 130 anos depois. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p. 125.

“A iconografia de El centinela e do Cabichuí era dirigida fundamentalmente ao exército e ao povo combatente, concebidas para estabelecer com eles uma comunicação efetiva e direta. (...), porém, em muitos casos as gravuras conseguiam transcender o conteúdo meramente informativo, funcionando, dentro de uma lógica visual própria, como uma chave expressiva que contradizia o tom oficial do texto.”¹⁵⁰

O conteúdo de ambos tinha uma linguagem voltada ao discurso oficial de Solano Lopez. Sua narrativa tinha pretensões de se mostrar culta, tinha uma linguagem nada coloquial. Usa um tom “(...) uma grandiloquente retórica apoiada em latinismo, uma terminologia rebuscada com constantes alusões aos grandes temas da literatura clássica, supondo refinamento cultural de cunho europeu.”¹⁵¹ O linguajar nos jornais brasileiros não era muito diferente, tirando o fato que aqui as tipografias não sofriam sanções do governo por qualquer motivo. Apesar de a retórica estar direcionada ao estímulo combativo e na exaltação da retórica oficial do governo, os fatos narrados nem sempre eram verdadeiros. Minimizavam as forças inimigas, exaltavam apenas suas vitórias. Buscavam mecanismo para elevar o moral das tropas, mesmo que estivessem lutando contra inimigos muito maiores. Mais além, as gravuras, de maneira quase autônoma, segundo Escobar, seguiam sentidos diferentes aos conteúdos escritos, muitas vezes até contraditórios; provavelmente causada pela falta de formação acadêmica dos tipógrafos ou sua ausência no teatro da guerra.¹⁵²

As gravuras acabaram por se desenvolver no país já na época colonial de modo autônomo e no seio popular. As imagens tinham um caráter mais humilde, não eram feitas por homens cultos. Diferente do conteúdo literário, as gravuras do conflito tinham maiores ligações com a cultura social das classes mais baixas. Era um elo que “(...) liga aspectos do imaginário mestiço, forjado durante a colônia, com uma imagem concebida de acordo com um sentido moderno de comunicação gráfica.”¹⁵³ Podemos até fazer paralelos das gravuras do “Cabichuí” com a literatura de cordel do Brasil e as “hojas volanderas” mexicanas, ressaltando, claro, suas diferenças. Esse fato demonstra uma característica peculiar dessa representação aos paraguaios. Suas técnicas foram se desenvolvendo e durante a guerra foram usadas, porém, devido às demandas, perderam sua espontaneidade que as caracterizavam. Por exemplo: quando representava um marechal, arquétipos pátrios ou o próprio alto comando, as

¹⁵⁰ ESCOBAR, op. Cit., p. 124.

¹⁵¹ ESCOBAR, op. Cit., p. 124.

¹⁵² ESCOBAR, op. Cit., p. 124.

¹⁵³ ESCOBAR, op. Cit., p. 125.

imagens “(...) tendem a perder a espontaneidade e o vigor: em geral a figura torna-se rígida e insípida.”¹⁵⁴

Todo esse aparato, entretanto, retratava também o imaginário do Paraguai sobre o Brasil, e as gravuras nos jornais as representavam. “O EXÉRCITO BRASILEIRO É RETRATADO NOS JORNAIS PARAGUAIOS COMO UM BANDO DE MACACOS COM RABOS E ORELHAS.”¹⁵⁵ “O imperador e mesmo a imperatriz lideram, segundo os jornais paraguaios, um exército de macacos.”¹⁵⁶ De certa forma, era uma contradição esse uso, visto que os próprios soldados paraguaios tinham um grande percentual de afrodescendentes.¹⁵⁷

As ilustrações na Argentina, sob Mitre, que permitiu ampla liberdade de expressão na imprensa, eram monopolizadas por ao menos dois jornais ilustrativos - "El mosquito" e "El Correo del Domingo". O primeiro tinha um caráter satírico, o outro era um periódico literário e ilustrativo. Os dois seguiam linhas diferentes. O "El Correo del Domingo" era mais "sério", patriótico e não tinha o caráter satírico que o outro tinha. O "El Mosquito" era implacavelmente contrário a guerra, que já era impopular em 1866. Além de criticar o governo argentino, faziam sátiras aos líderes brasileiros também. Os líderes de nosso país eram retratados com desrespeito devido sua origem racial, tendo, assim como nos jornais paraguaios, desenhos de macacos uniformizados como militares do Brasil.¹⁵⁸

É peculiar do conflito o fato de que ambas as nações se diziam bastiões da civilização, lutando contra o inimigo bárbaro. Machado de Assis, por exemplo, em uma de suas crônicas satirizou o governante paraguaio:

“S. Excía é, antes de tudo, democrata americano; (...) Democracia americana – naqueles climas – quer dizer: companhia de exploração dos direitos do povo e da paciência dos vizinhos. Déspota com os seus, turbulentos com os estranhos, sem grandeza moral, sem dignidade política, incapaz, presumidos, gritadores, tais são os pretendidos democratas de Montevideú e Assunção.”¹⁵⁹

Atentos o quanto podiam acerca das publicações na imprensa do Brasil e da Argentina, os paraguaios às vezes respondiam as acusações comuns:

“As armas favoritas dos inimigos da República tem sido sempre o insulto e a calúnia, armas vis que só empregam os amigos da perversidade, da corrupção. Temos dito em distintas ocasiões que eles não têm economizado os meios de fazer apurar ao Paraguai a taça da intriga e da sedição, e é a

¹⁵⁴ ESCOBAR, op. Cit., p. 127.

¹⁵⁵ SCHWARCZ. *As barbas do Imperador*, op. Cit., p. 307.

¹⁵⁶ SCHWARCZ. *As barbas do Imperador*, op. Cit., p. 307.

¹⁵⁷ DORATIOTO, op. Cit., p. 272.

¹⁵⁸ TORAL, op. Cit., p. 66.

¹⁵⁹ ASSIS, Machado de. *Crônicas (1864-1867)*. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre: W. M. Jackson editors, 1946, p. 211-212.

verdade. Agora, quando em um lapso de mais de meio século de contínuos trabalhos neste sentido, não tem conseguido obter o resultado que esperavam, recorrem à pretensão de demonstrar ao mundo que os paraguaios são bandidos, e sobretudo bárbaros, e que como tais não há com eles considerações a fazer. E para quê? Para dissimular seus malditos desígnios contra o progresso e a *civilização* crescente do Paraguai que consideram um perigo para eles.”¹⁶⁰

O paralelo que podemos fazer com ambos é simples: a guerra também era disputada no campo do debate civilizacional, havia uma disputa de discursos entre as nações. Outro elemento que permeou a disputa dos discursos era a criação de boatos. Não sabemos da veracidade da descrição a seguir, o que importa era desqualificar os brasileiros, os chamando de injustos e incapazes de fazerem uma guerra leal:

As forças sob comando do comandante Estigarribia sobre ambas as margens do Uruguai, tem ocupado sem resistência os povoados de Uruguaiana e Restauración, abandonados pelos inimigos, deixando víveres envenenados. Este fato inaudito que só são capazes de fazer nestes tempos os escravos do Império do Brasil, os bárbaros da América do Sul, vem mostrando que não podem fazer-nos uma guerra leal.¹⁶¹

Francisco Doratioto escrevendo sobre o cerco de Uruguaiana, nos mostra uma realidade diferente. Afirmou que, devido os paraguaios não acreditarem que ficariam muito tempo na cidade, consumiram rapidamente todos os alimentos possíveis. Como sua estadia foi prolongada, a comida acabou, tendo que, para sobreviver recorrerem a carne de cavalo, de gato, de cachorro, de rato e até de insetos.¹⁶² Muitos soldados passaram fome, era um estado de calamidade. O cerco se prolongou pelo fato do coronel Estigarribia demorar em se render, tendo que em último caso recorrer a tal atitude. Em troca da rendição, os aliados aceitaram, e segundo o autor foram obedecidas, os seguintes termos: os prisioneiros receberiam tratamento de capturados de guerra; os oficiais paraguaios sairiam com suas armas e bagagens e iriam residir onde quisessem, desde que não fosse no Paraguai e, além disso, deveriam ser sustentados pelos aliados; e por último, os oficiais uruguaios a serviço do Paraguai prisioneiros do Império receberia os mesmos tratamentos dos paraguaios. O único termo não aceito pelos aliados foi a saída com armas dos oficiais. Mesmo assim, imagens surpreendentes apareciam. Soldados paraguaios foram incorporados às fileiras aliadas, os soldados saíram do cerco desarmados e desfilando por duas horas diante de Dom Pedro II e pelo exército aliado.

¹⁶³ Mais interessante ainda é o relato de que o próprio coronel Estigarribia e outros oficiais

¹⁶⁰ SEMANARIO DE AVISOS E CONOCIMIENTOS UTILES. Assunssão: 18 de novembro de 1865, p. 1.

¹⁶¹ SEMANARIO DE AVISOS E CONOCIMIENTOS UTILES. Assunssão: 19 de agosto de 1865, p. 1.

¹⁶² DORATIOTO, op. Cit., p. 182-183.

¹⁶³ DORATIOTO, op. Cit., p. 184.

“(…) tinham livre movimentação no acampamento aliado brasileiro e argentino, portando, inclusive, pistolas e espadas e sendo tratados como ‘irmãos em desgraça’.”¹⁶⁴ Enquanto do lado paraguaio, temos um relato macabro acerca do destino que tiveram os tripulantes do navio “Anhambay”. Segundo relato de um tripulante não identificado de um vapor inglês “Ranger”, que passava em Corumbá na época da invasão ao Mato Grosso, o barco de ataque guarani seguiu em viagem com uma espécie de troféu: “(…) uma corda contendo grande quantidade de orelhas humanas, postas a secar, que pertenciam aos infelizes tripulantes do Anhambay.”¹⁶⁵

O episódio das orelhas provavelmente caiu nos ouvidos de Machado de Assis¹⁶⁶, que usou de sua figura para condenar novamente os paraguaios. Novamente, não cabem aqui julgamentos, e sim mostrar como os eventos contribuíram para se espalhar imagens de uma guerra onde ambos se acusam de cruéis e indignos.

Os contornos de narrativa de que o “nós” somos “civilizado” e “eles” são “bárbaros” foi apresentados por ambos os lados. O episódio das orelhas foram muito polêmicos, sendo até mesmo alvo de paródias ilustradas:



Ternura e generosidade Paraguayas. Charge disponível em: SEMANA ILUSTRADA: Rio de Janeiro: 14 de abril de 1867.

¹⁶⁴ DORATIOTO, op. Cit., p. 185.

¹⁶⁵ DORATIOTO, op. Cit., p. 104.

¹⁶⁶ “Agora, mais que nunca, apela-se para o patriotismo de todos. A gravidade vai crescendo; as últimas notícias da expedição dos paraguaios provocaram um grito de geral indignação. Esperava-se ainda alguma coisa daquela gente; podia contar-se com uma certa sombra de lealdade e de humanidade. Os que mantinham esta ilusão acham-se diante de uma realidade cruel. Se depois do espetáculo das orelhas enfiadas numa corda e expostas à galhofa dos garotos de Assunção, houver um país no mundo que simpatize com o Paraguai, não precisa mais nada — esse país está fora da civilização.” In: Diário do Commercio. Rio de Janeiro: 07 de fevereiro de 1865. p. 1.

A imagem, e tom irônico, de autoria de um artista alemão Fleiuss, ainda brinca com os ideias de barbárie. O texto da imagem, de Tomás Antônio Gonzaga ¹⁶⁷, é parodiado a uma versão “do Paraguai”, onde até o sentimento de amor é barbarizado, o qual o homem oferece seu amor por meio de um colar de orelhas. Esse tipo de reprodução deixa claro alguns aspectos da guerra: de que o Brasil lutava com um inimigo sanguinário. “Nada de sentimentos nobres ou honra à pátria, só o frio desejo de carne e a sede bárbara de sangue — ou de orelhas. Eis o primeiro ponto da paródia, a dos sentimentos ‘nobres’ dos paraguaios em relação à nação paraguaia, a qual vira piada nas mãos do caricaturista.” ¹⁶⁸

É evidente a predominância de uma narrativa dentro da imprensa de cada país, mas no Brasil foi possível surgir quem destoasse da narrativa oficial. Um exemplo é a imagem abaixo:



Barbaros paraguayos! Charge disponível em: DIABO COXO. São Paulo: 31 de dezembro de 1865.

A autoria é de Ângelo Agostini ¹⁶⁹ e é evidente o tom irônico com que demonstra a contradição do argumento de que o Brasil iria trazer liberdade aos paraguaios, ao mesmo tempo em que usa de homens não-livres para "libertá-los". Até então a dicotomia barbárie x civilização foi amplamente explorada e usada como um dos argumentos centrais para a guerra, até que de dentro do Brasil surge na imprensa quem faça piadas destes argumentos. Como escreve Pires Júnior, é uma lição de humildade do cartunista ao expor como fora uma construção a ideia de que os paraguaios eram puros inumanos. ¹⁷⁰ Dentre esses homens, temos

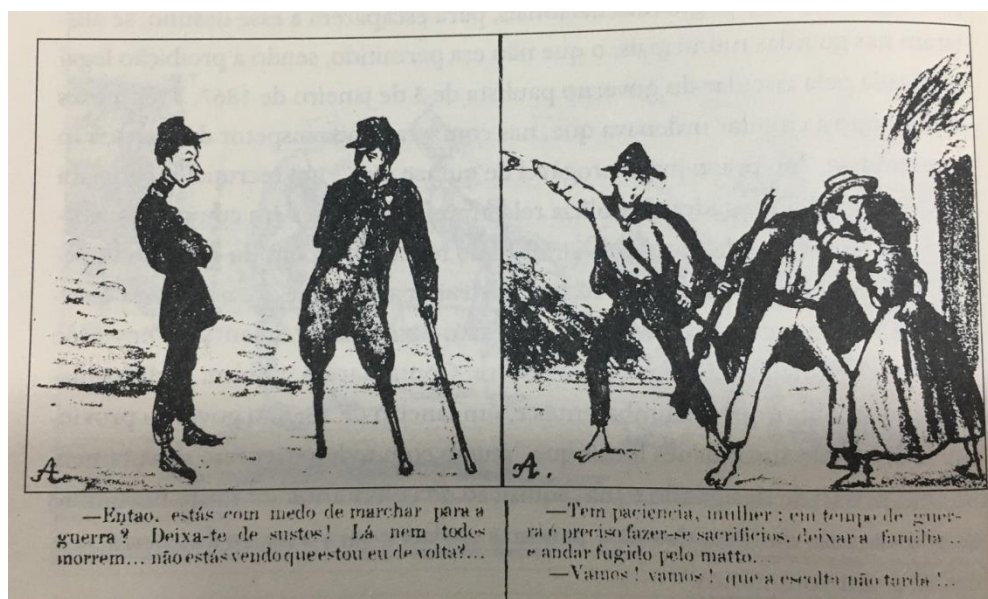
¹⁶⁷ Foi um jurista, poeta e ativista político que participou da Inconfidência Mineira.

¹⁶⁸ PIRES JUNIOR, op. Cit., p. 103.

¹⁶⁹ Um dos mais importantes cartunistas brasileiros do Segundo Reinado. De origem italiana, ingressou no Brasil e fundou um jornal em São Paulo: o Diabo Coxo, que inclusive contou com a participação do poeta e abolicionista brasileiro Luís Gama.

¹⁷⁰ PIRES JUNIOR, op. Cit., p. 108.

desde escravos e aqueles que foram forçados a se alistar no exército brasileiro, o que inclusive causou grandes problemas. Segundo Izecksohn, era evidente na documentação oficial os dramas das resistências: "(...) fugas, brigas, agressões, ataques às escoltas e cadeias, mutilações, casamentos relâmpago, choques entre poderes e grupos políticos locais, preocupação com a designação de trabalhadores para a guerra, entre outros elementos (...)"¹⁷¹. Quanto a esse fato, trago outra ilustração de Ângelo Agostini que ironiza tais políticas, demonstrando que a guerra, apesar de inicialmente contar com certo apoio popular, tornou-se excessivamente impopular:



Charge disponível em: CABRIÃO. São Paulo: 5 de maio de 1866.

São alguns exemplos de imagens que me chamaram a atenção. Do lado paraguaio temos outras narrativas.

¹⁷¹ IZECKSOHN, Vitor. A Guerra do Paraguai. In: In: SALLES, GRIMBERG; Ricardo, Keila. O Brasil imperial – Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 402.



Charge disponível em: El Paraguay sosteniendo solo el mundo sud-americano. CABICHUÍ: Assunssão: 16 de dezembro de 1867.

A imagem acima que trago diretamente do jornal paraguaio “Cabichuí” têm mais representações civilizacionais. Temos a reprodução de uma figura feminina, segurando em suas costas um imenso globo. A figura feminina é uma clara referência ao imaginário da república, imortalizada pela tela de Delacroix.¹⁷² Outra referência é mitologia, do titã grego Atlas. Sua história nos conta que, depois de derrotados os titãs pelos Deuses do Olimpo, exclusivamente ele foi condenado a segurar o mundo em suas costas. A semelhança com esse mito é de que o povo paraguaio, no caso, estava no dever de segurar a América do Sul nas costas, como vemos nos nomes assinalados. Ou seja, a imagem da república, da liberdade, do

¹⁷² *La Liberté guidant le peuple*

combate a tirania, representada pelo Paraguai, tendo que sustentar o continente ameaçado pela barbárie. O Brasil, a barbárie, é representado pela serpe, símbolo da casa dos Bragança. Arnaldo Lucas Pires Júnior nos explica mais acerca da imagem:

“Ainda que curvada, devido ao peso que carrega, a República guarani apresenta um semblante calmo e decidido, olha diretamente nos olhos de seu inimigo e não aparenta qualquer sinal de medo ou o menor vestígio de fraqueza. A cena nos traz a ideia de que o fim está próximo: basta um pequeno movimento, um puxar de gatilho, e todo o sofrimento acabará.”¹⁷³

Em outra ilustração paraguaia, temos uma representação dos chefes brasileiros como macacos. “A atitude jocosa perante os nossos chefes militares também será recorrente: D. Pedro II era ‘Macacon’, Porto Alegre virava ‘Porto Triste’; General Osório, conhecido por ‘Osário’; e o Duque de Caxias ‘el gran jefe Macacuno’.”¹⁷⁴

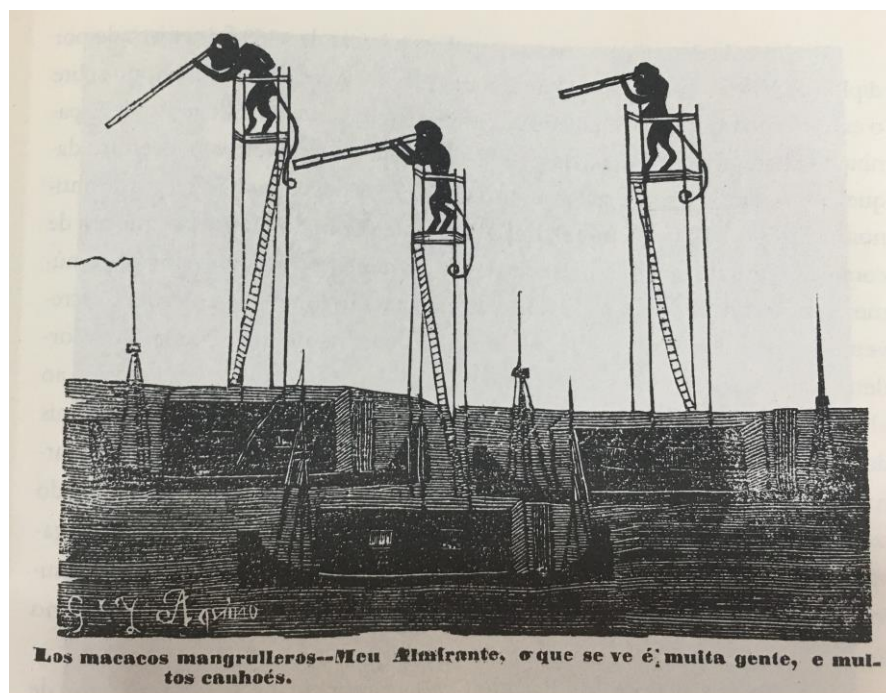


O imperador, o almirante Tamandaré e o General Polidoro como macacos. Charge disponível em: EL CENTINELA: 9 de maio 1867.

Não foram apenas os oficiais chamados de “macacos”, como já dito. Abaixo um exemplo de como o exército brasileiro foi retratado. Temos uma ilustração de uma sátira paraguaia à esquadra brasileira em atuação no Rio Paraguai, onde os vigias brasileiros são retratados como macacos e se mostram temerosos do potencial bélico do rival.

¹⁷³ PIRES JUNIOR, op. Cit., p. 111.

¹⁷⁴ PAULA, Edgley Pereira de. *A Imprensa vai à Guerra do Paraguai: O uso da caricatura como arma de guerra no século XIX*. Albuquerque: revista de História, Campo Grande, MS, v. 3 n. 6 p. 115-128, jul./dez. 2011, p. 121.



Charge disponível em: CABICHUÍ. Assunção: 7 de outubro de 1867.

Uma obra que se tornou um clássico da literatura brasileira, escrita pelo Visconde de Taunay, e que se passa durante uma batalha na fronteira do Mato Grosso, na região situada entre a fronteira com o Paraguai e o Rio Aquidauana. Escrita originalmente em francês, primeiro idioma do oficial de engenharia e filho de franceses, além de idioma da “alta classe” no século XIX, narra as aflições do espaço e do tempo de que atingem uma guarnição brasileira e sua heroica luta contra o inimigo Guarani. Para Antônio Cândido, a obra retrata um “(...) um brasileirismo, misto de entusiasmo plástico e consciência dos problemas econômicos e sociais.”¹⁷⁵ Narra além dos eventos, a paisagem do lugar. Uma paisagem em que as misérias humanas e a guerra estão combinadas e contrastadas com o lado sombrio da natureza e do homem, primitivos, guerreiros e selvagens. Taunay em outros momentos reclama do “indiferentismo” que toma o coração da população diante dos acontecimentos da guerra. Ele faz críticas a isso, e ao mesmo tempo sua obra convida à construção da nacionalidade e também um aviso de que essa construção está em constante perigo pelo fato de a barbárie estar à solta no mundo, pronta para minar as realizações da civilização. Para Francisco Alambert, a obra pode ser lida “(...) como um canto de derrota da civilização, que perde uma batalha, mas não a guerra.”¹⁷⁶ É uma obra que contrasta o bárbaro e o civilizado,

¹⁷⁵ CANDIDO, Antônio. *Formação da literatura brasileira*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, v.2 p. 308.

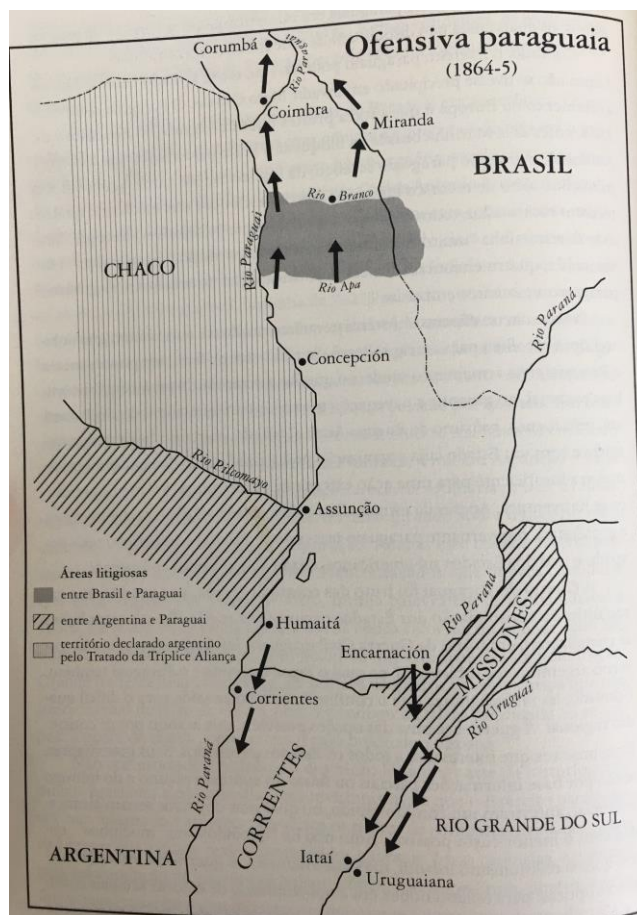
¹⁷⁶ ALAMBERT, Francisco. *Civilização e Barbárie, História e Cultura*. In: BETHEL, Leslie. *A Guerra do Paraguai: 130 anos depois*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995, p. 91.

através da narrativa dos seus eventos. É uma obra que serve muito de referência à temática deste trabalho, pois ela chega a conclusão de que a civilização é saber controlar os impulsos primitivos, de dominar a natureza. É a civilização e sua ideologia que transforma a derrota em prenúncio da vitória definitiva. Ela fornece aval do civilizador para com o homem a ser civilizado, no fundo legitima as ações do Império, os civilizadores, contra os bárbaros do Paraguai.¹⁷⁷

CONFLITOS E NARRATIVAS

Durante o embate entre aliados e paraguaios, diversos combates ocorreram, como é sabido. Dentre os maiores embates, temos o confronto fluvial de Riachuelo, a batalha de Tuiuti e a queda da fortaleza de Humaitá diante do exército aliado sob a liderança de Caxias. Todas elas de alguma forma foram grandiosas para os aliados, que não pouparam elogios aos seus exércitos, e em especial ao Brasil. As notícias que vemos na imprensa são repletas de elementos retóricos que nos levam novamente ao debate civilizacional. Nelas, as vitórias são dadas como prova de que os aliados, a “civilização”, enfretam a “barbárie”. Vamos brevemente narrar algum dos principais eventos da Guerra e narra-los com a ajuda de jornais selecionados para ilustrar esse argumento.

¹⁷⁷ ALAMBERT, op. Cit., p. 90-92.



Mapa das primeiras movimentações militares paraguaias. Disponível em: DORATIOTO, op. Cit., p.

94.

O Paraguai quando falava da guerra e o porquê de sua eclosão sempre destaca em termos de sua soberania e de seus aliados, como já descrevemos.

"O governo do General Mitre, que se aliou ao Imperador do Brasil, para realizar a extinção da soberania do Estado Oriental, e levar suas armas sobre a República irmã do Paraguai e comprometer seriamente a soberania do Povo Argentino que deve encontrar seu apoio e sua mais sólida garantia na conservação ileza da autoridade política dos Estados do Prata."¹⁷⁸

O primeiro evento hostil do Paraguai ao Império foi o sequestro do navio “Marquês de Olinda”, que levava o então empossado governador desta província. Em seguida, invadem a província do Mato Grosso, pilhando e atacando guarnições, aprofundando as tensões dos dois países. Outra atitude foi invadirem o Rio Grande do Sul, para ajudar seu aliado Uruguai. Porém, deveriam atravessar um território Argentino para alcançar àquela província. Mitre quis neutralidade nesse embate, mas declararia guerra a Lopez caso ele atravessasse esse território,

¹⁷⁸ SEMANARIO DE AVISOS E CONOCIMIENTOS UTILES. Assunssão. Edição 575, 29 de abril de 1865, p. 1.

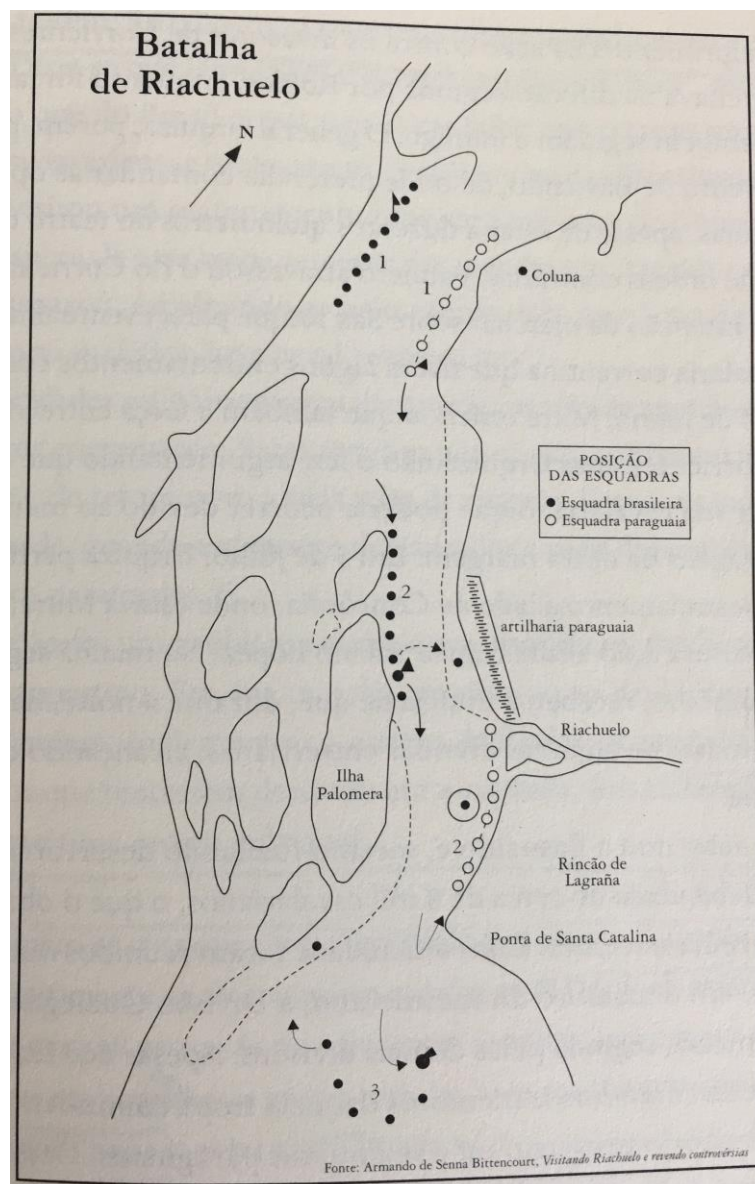
o de Corrientes. Essa guerra acabou sendo bem aceita de início pela população brasileira, indignada com esse ato. Muitas foram as hostilidades proferidas ao país vizinho e seu líder, tentando os diminuir, assim como o Paraguai também fazia. Nesse momento, o debate civilizacional entra com força, principalmente como modo de diminuí-lo, até porque o Brasil não aceitava que um país se intrometesse em seus assuntos de política externa.

O jornal "Diario do Rio de Janeiro", sintetizando os sentimentos civilizacionais, transcreve traduzidos alguns trechos de sua revista de publicação na Inglaterra, onde contam notícias do Brasil para esse público. Dentre as afirmações "para inglês ver", temos afirmações básicas do sentimento de que a guerra é um bem ao Paraguai, pois o Império estaria levando civilização àquele país: "O exército e a armada brasileira, sob o nobre general Caxias, serão brevemente habilitados de coroar com completo triunfo a guerra presente, que é continuada unicamente para a (...) civilização daquele selvagem e bárbaro país." Em seguida, ainda falam de um possível comentário dos ingleses acerca desse objetivo: "Que país generoso! Arruína-se e pede-nos mais dinheiro emprestado para civilizar o Paraguai!"¹⁷⁹ Talvez se trate de uma ironia, mas o todo do texto não parece querer dizer isso.

Após invadirem o Mato Grosso, o pilharem e atacarem guarnições brasileiras, não há mais nada que o Império possa fazer se não se organizar para uma investida bélica. Assim, preparativos terrestres e marítimos são organizados. Um dos principais eventos da guerra foi a Batalha do Riachuelo, o qual o jornal paulista "Correio Paulistano" noticiou a mais "(...) lisonjeira que podiam aspirar a honra do Império e a nobreza da nossa marinha de guerra (...)": a batalha fluvial do Riachuelo, onde o Brasil alcançou um "triunfo memorável" acabando de vez com a esquadra inimiga. O jornal deixa anexado um resumo dos relatos da batalha adquiridos dos vapores "Guarany" e "Santa Maria". Segundo o relato, a esquadra brasileira acabou por "(...) lavar as injurias que nos tem feito o déspota selvagem do Paraguai." Sob o comando do almirante Barroso, venceram a disputa, com diversas baixas do lado paraguaio, além do chefe paraguaio mais importante. Ainda relatam: "(...) tais foram os resultados desse feito heroico, que é comparável aos mais notáveis das grandes marinhas da Europa." Foram oito horas de guerra, com quatro vapores de guerra apreendidos e seis canhoneiras flutuantes (conhecidas também como "chatas").¹⁸⁰

¹⁷⁹ A PATRIA. Rio de Janeiro: Número 6, 2 de julho de 1865.

¹⁸⁰ CORREIO PAULISTANO. São Paulo: Número 2730, 2 de julho de 1865, p. 1.



Esquema desenhado da batalha fluvial do Riachuelo. Disponível em: DORATIOTO, op. Cit., p. 143.

No jornal "A Pátria", temos uma referência ao elemento guarani de Lopez: chama-o de "tirano cacique do Paraguai, que avilta e desonra a humanidade." É em torno desses termos que o jornal transcreve o combate de Riachuelo, após receber notícias do navio "Oyapock", as quais "encheram de entusiasmo a população desta corte e da cidade de Niterói." O tal "feito em armas" da esquadra brasileira, composta por nove vasos, que "aniquilaram" a esquadra inimiga. O Paraguai possuía oito vasos e dez chatas de ferro com artilharia melhor que a brasileira. Apesar de grande estrago provocado, o "ilustre Almirante Barroso" venceu o combate, de uma forma "heroica". Em relação aos estrangeiros, como sempre o Brasil desejoso de impressioná-los, afirma: "Por esse notável feito, que os estrangeiros entendidos são unânimes em admirar, a nação brasileira engradou-se, graças ao denodo de seus filhos, e

ela prova assim que o brasileiro é apto para todos os grandes misteres de uma grande nação, (...)." ¹⁸¹

No "Diário de Pernambuco", o grande "(...) feito em armas que honra aos nossos marinheiros, os quais deram assim uma lição àqueles vândalos que por certo dela não se esquecerão jamais" ¹⁸² não deixou de ser noticiado. Basicamente falava nas mesmas palavras dos demais jornais, não havia originalidade. Comentou os danos dos navios brasileiros e as baixas paraguaias; noticiou também, assim como nos demais, o uso pela esquadra paraguaia o navio "Marquês de Olinda", sequestrado durante ação contra o Brasil e que foi incorporado, mesmo não sendo um navio de guerra, na marinha guarani e utilizado nesse embate. Noticiou também a investida do Paraguai sobre o território do Rio Grande do sul, bem como o deslocamento do Imperador Dom Pedro II àquela região. Na edição posterior desse jornal, ¹⁸³ houve o lamento das mortes do lado brasileiro e o impacto que irão causar em suas famílias, mas que haveria a compensação dessa dor por esses momentos terem morrido em martírio e com heroísmo, legando a sua pátria "(...) um nome immorredouro e digno da gratidão e bênçãos do país." Foram quatro navios paraguaios fora de combate, os demais fugiram à pique, além do Marquês de Olinda ter ficado encalhado. Duzentos paraguaios ficaram fora de combate e uns quatrocentos a quinhentos ficaram feridos ou morreram, números do jornal, que noticiou através das informações contidas no navio italiano "Tevere". "Magestoso foi o triunfo da causa da civilização contra a barbárie", exalta o jornal. ¹⁸⁴

O jornal Paranaense "Dezenove de Dezembro" faz mais comentários de Riachuelo. Para eles, depois de uma

"(...) campanha gloriosa no Estado Oriental, que destruiu os perigos de uma seria complicação das repúblicas vizinhas contra o Imperio, o Brasil as tem por aliadas contra o cacique paraguaio, que não poderá resistir ao primeiro arrojado de forçar coligadas, nas quais destaca o exército brasileiro compostos de voluntarios briosos, e que ardem por desafrontar sua pátria." ¹⁸⁵

Para Luis Fernando Tosta Barbato, A batalha do Riachuelo contribuiu para a formação da identidade nacional Brasileira, além de inflar o ânimo dos aliados no decorrer dos eventos. ¹⁸⁶

"O feito do Riachuelo é um desses lances heroicos com que fica para sempre cimentada a honra dos que nele vencem (...). A esquadra brasileira do

¹⁸¹ A PATRIA. Rio de Janeiro: Número 6, 2 de julho de 1865, p. 2.

¹⁸² DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife: Número 158, 13 de julho de 1865, p. 1.

¹⁸³ DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife: Número 159, 14 de julho de 1865, p. 1.

¹⁸⁴ DIARIO DE PERNAMBUCO, op. Cit., p. 1.

¹⁸⁵ DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba: Número 596, 14 de junho de 1865, p. 4.

¹⁸⁶ BARBATO, Luis Fernando Tosta Barbato. Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, 2015, V. 11, número 22, p. 105-112; p. 108-109.

comando do chefe Barroso cobriu de gloria o pavilhão ouri-verde, vindo com seu triunfo robustecer a opinião que sempre temos tido do soldado de honra, qualquer que a bandeira que o cubra (...). Honra aos heróis das águas do Paraná! Louvor ás armas imperiais! Hurrah! mil vezes hurrah! aos nossos aliados.”¹⁸⁷

Os navios brasileiros foram comandados por dois almirantes: Barroso – sob o comando da fragata Amazonas, a Corvera Parnaíba e das Canhoeriras Mearim, Araguari e Iguatemi – e Gomensoro – sob comando das Corvetas Jequitinhonha e Belomote e das Canhoeriras Ipiranga e Beberipe;¹⁸⁸ e apesar da vitória, ela não teve caráter decisivo aos aliados, pois “(...) as fortalezas inimigas sobre o rio Paraguai impediram o domínio dessa via fluvial pela esquadra brasileira, situação que perdurou até 1868. A vitória permitiu, porém, bloquear o contato marítimo do Paraguai com outros países (...)”¹⁸⁹ Essa perda de contato impediu o país guarani de receber armamentos e barcos de guerra encomendados, o que foi de grande pesar.

O noticiário paraguaio acerca do combate foi obviamente distinto do brasileiro, sendo redigido dessa forma:

"Os vapores inimigos já não faziam fogo desde que os nosso se aproximavam. Os negros se preencheram de terror à vista do arranjo de nosso [navios] que não davam trégua, e corriam as quadrilhas cobertas de completa desordem as que não haviam se jogado na água. A confusão, o espanto e a morte infundiram os soldados da Pátria a seus inimigos que não contavam senão pela superioridade do inimigo.”¹⁹⁰

Na mesma edição, o jornal comenta sobre o desfecho do combate, afirmando, erroneamente, que a esquadra inimiga, brasileira, se pôs em retirada, sendo que isso não ocorreu. Nenhum dos lados perseguiu os navios inimigos em retirada.¹⁹¹ "Não conseguimos compreender qual foi a conveniência que obrigou a esquadra inimiga a se por em retirada (...)." Talvez, ao que noticia o jornal, a retirada se deveu para que eles "(...) levem ao conhecimento desse feito, que não se atrevam a perturbar, cheios de terror que nossos valentes acabaram de infundir com repetição entre eles, nas escaramuças de 11 e 13.”¹⁹²

Possivelmente essas notícias eram de certa forma distorcida devido ao comportamento de Solano Lopez: seus subordinados tinham pavor de noticiar fracassos com

¹⁸⁷ DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba: Número 603, 8 de junho de 1865, p. 2.

¹⁸⁸ DORATIOTO, op. Cit., p. 148-150.

¹⁸⁹ DORATIOTO, op. Cit., p. 151.

¹⁹⁰ SEMANARIO DE AVISOS E CONOCIMIENTOS UTILES. Assunssão: Edição 583, 24 de junho de 1865, p. 2.

¹⁹¹ DORATIOTO, op. Cit., p. 150.

¹⁹² SEMANARIO DE AVISOS E CONOCIMIENTOS UTILES, op. Cit., p. 4.

medo de serem punidos por não atingirem os objetivos esperados pelo seu líder.¹⁹³ Como consequência, minimizavam, ou até omitiam informações ao seu chefe. “O egoísmo de Solano Lopez não lhe permitia escutar a verdade quando ela não era favorável ‘a seu amor-próprio e orgulho’.”¹⁹⁴ Mesmo com as derrotas, os militares paraguaios noticiavam os acontecimentos com uma postura típica de valorizar as demonstrações de bravura e heroísmo dos soldados do que os resultados das batalhas.

“Nesse contexto, ponderação, moderação, senso de equilíbrio, o respeito ao inimigo e a economia de vidas não eram características valorizadas nos oficiais paraguaios, mas, sim, sua ousadia, suas bravatas, seu desprezo pelo inimigo, sua valentia em atacar forças bem mais superiores. Explica-se, assim, a facilidade com que esses chefes iniciavam ações ofensivas irresponsáveis, jogando suas tropas contra o inimigo mais poderoso.”¹⁹⁵

Certa vez, discutimos que facilmente na imprensa paraguaia havia falsificações acerca dos acontecimentos da guerra. No exemplo que citaremos o jornal "El Centinela" de 23 de Maio de 1867 noticia o aniversário de um bem sucedido um ataque surpresa feito pelo Paraguai ao acampamento aliado de Tuiutí, em 1866, provocando um longo embate, conhecido como o maior de todos da guerra, que em verdade resultou de um enorme prejuízo a eles. Como esperado, o jornal mente o verdadeiro resultado do embate que foi uma vitória dos aliados devido a proporção das perdas. Entre os ditos do jornal, vemos suas opiniões e visões acerca de seu exército. "O Paraguai defende sua independência e liberdade"; "O Brasil e seus aliados proclamam a conquista e a escravidão"; "O heroísmo e a abnegação animam aos soldados do Paraguai"; "A covardia e o opróbrio sepultaram os invasores aos pés de nossas trincheiras". "A gloriosa e esplêndida batalha de 24 de Maio de 1866 é um dos feitos de armas mais grandes que nós tivemos no curso da guerra, e os louros recolhidos nessa esforçada vitória, é a mais gloriosa vitória do soldado paraguaio"; "Recordas, valiosos paraguaios, que o plano de ataque¹⁹⁶ de 24 foi feito pelo hábil guerreiro, o excelentíssimo Marechal Lopez, e que essa vitória grandiosa que obtivemos sem dificuldades, executando os movimentos estratégicos que preparou vosso General em Chefe."¹⁹⁷

Do lado brasileiro, Dionísio Cerqueira, militar brasileiro que participou do embate, nos conta o que aconteceu nesse dia. Seu relato do evento narra certo heroísmo brasileiro,

¹⁹³ DORATIOTO, op. Cit., p. 151.

¹⁹⁴ DORATIOTO, op. Cit., p. 151.

¹⁹⁵ DORATIOTO, op. Cit., p. 152.

¹⁹⁶ Refere-se à batalha de Tuiutí.

¹⁹⁷ Todas as citações feitas se encontram em: jornal EL CENTINELA. Assunção: Edição 5, 23 de maio de 1867, p. 1-2.

tanto da Pátria quanto dos soldados. O relato não serve muito a meu ver quanto à narrativa do que realmente ocorreu durante o embate, e sim uma construção retórica posterior do evento:

“A distância entre a coluna inimiga e os nossos voluntários ia diminuindo a olhos vistos. Comandante Valente firmou-se nos estribos, ergueu-se sobre a sela, encarou o inimigo, e falou ao corneta: soou, vibrante e alegre, o toque de avançar. As baionetas já estavam armadas. Os bravos filhos do Brasil deram um viva entusiástico à Pátria, e marcharam impávidos sobre a coluna [paraguaia], que avançava lenta, majestosa, solene.

Vibrou o som festivo do toque de acelerado, e, logo depois, os ares estrugiram com o mais grandioso de todos – o toque de carga, que foi repetido por toda a banda. Os nossos rapazes cruzaram baioneta, e correram, impetuosos e vivos, sobre o inimigo, que fez alto.

Parou?!... Estava perdido.”

As duas linhas chocaram-se. As nossas baionetas penetraram nos peitos dos mais bravos daqueles heróis e nas costas dos outros, que, embora valentes, recusavam em debandar. Batamos palmas orgulhosos dos nossos companheiros. E das linhas dos veteranos do 4 de Infantaria, ergueu-se um viva delirante ao 6 de Voluntários, que seguia, como louco, ferindo e matando, e juncando de cadáveres a terra paraguaia, tão ensopada, naquele dia, com o sangue dos seus valorosos filhos.

(...)

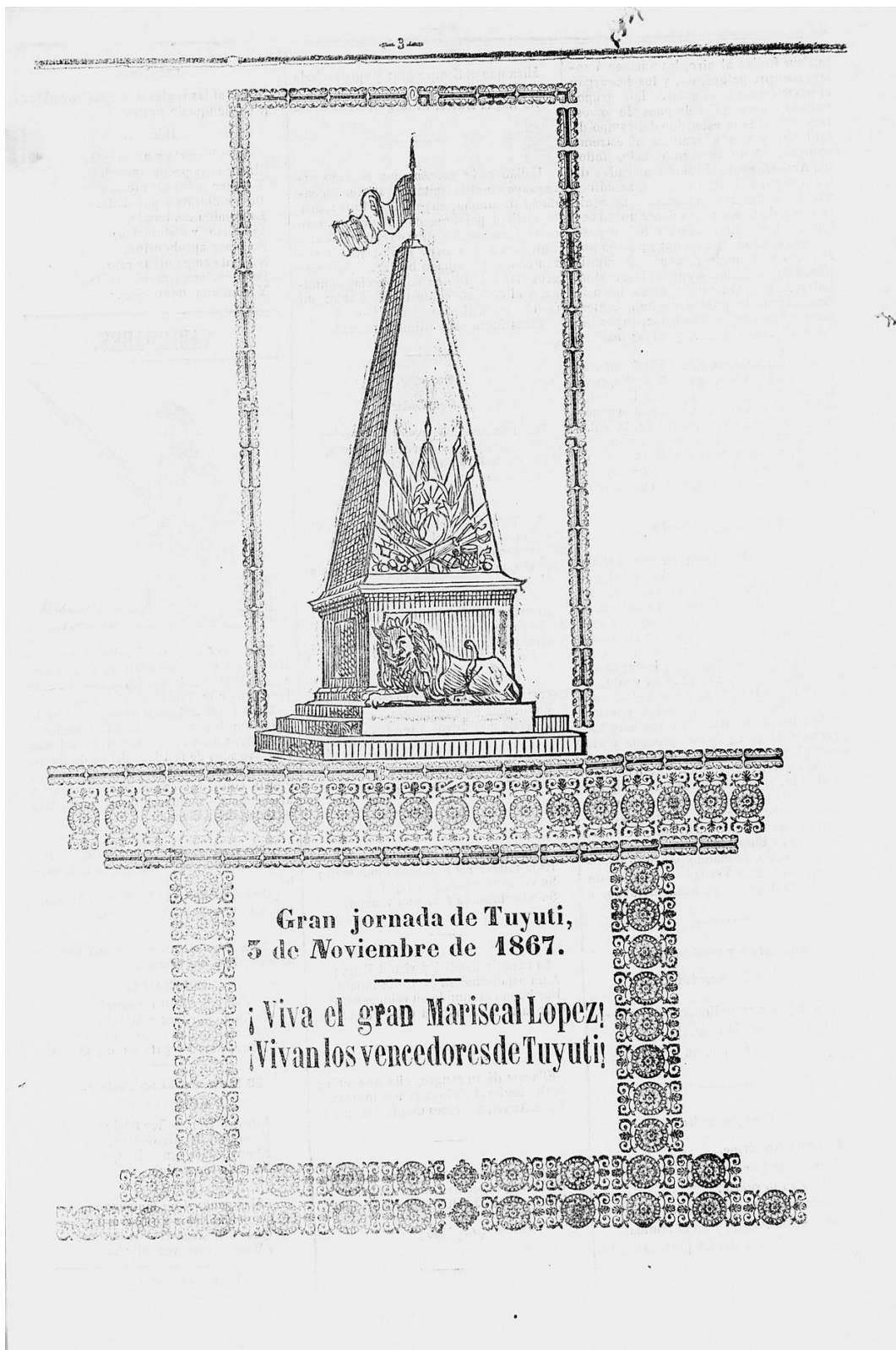
Era noite quando voltamos ao acampamento. Perto da minha barraca, estava estendido, com os miolos de fora, um amigo de infantaria, o tenente de Voluntários Emílio de Azevedo Monteiro. Ajoelhei-me ao seu lado; apertei-lhe a mão gelada e dei-lhe um beijo de adeus na larga testa ensanguentada.”¹⁹⁸

Um ano depois, houve outra investida ao acampamento de Tuiuti, liderada por Lopez e que novamente foi noticiado como vitória, mesmo tendo o Paraguai levado o maior prejuízo, conseguindo por fogo em vários materiais bélicos brasileiros, mas tiveram cerca de 2734 mortes, que comparado às perdas brasileiras, 294, a derrota fora deles.¹⁹⁹ É evidente nessa narrativa certo culto à Lopez. A “vitória” foi atribuída a ele, cujos “invencíveis exércitos (...) despedaçaram os negros imbecis”, que amedrontaram os inimigos que se esconderam no matagal para esconder sua “vergonha”. Esse segundo ataque foi noticiado na edição número 29 do jornal “El Centinela”.²⁰⁰ Na edição 30, foi publicada a seguinte ilustração:

¹⁹⁸ CERQUEIRA, General Evangelista de Castro Dionísio. *Reminiscências da campanha do Paraguai 1865-70*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980, p. 159-160, 162.

¹⁹⁹ DORATIOTO, op. Cit., p. 312.

²⁰⁰ EL CENTINELA. Assunção: Número 29, 7 de novembro de 1867.



Charge disponível em EL CENTINELA. Assunção: Número 30, 14 de novembro de 1867, p. 3.

Ainda na edição 30, fora dito que “O cálculo de seu gênio previsor não foi desmentido em nenhum momento.”²⁰¹ Na próxima edição, falava que a arte não era capaz de representá-lo e que seu olhar é um “poema cujos cânticos são infinitos.”²⁰² Segundo Doratioto, quanto maior era a precariedade do exército guarani, mais se deu ênfase ao culto da personalidade de Solano Lopez, além de intensificar a repressão para prevenir o surgimento de qualquer movimento oposicionista.²⁰³ Quanto aos periódicos de nosso vizinho, “Era o único tipo de informação escrita a que a população paraguaia tinha acesso, enquanto nos países aliados se discutia, com razoável franqueza, a guerra na imprensa e no Parlamento.”²⁰⁴

Temos ainda no jornal “Cabichuí” a comparação de Lopez à Moises, onde ele tinha a missão de libertar seu povo, já que ele era “(...) o caudilho destinado por Deus a libertar o povo paraguaio da prepotência de seus inimigos.”²⁰⁵ Um ano depois, o mesmo jornal afirmou ser Lopez a maior “(...) centelha de divindade representada pelo homem” e que “(...) sua notável personalidade” era o maior astro emissor de luz, concluindo que:

“Não é possível, pois, encontrar palavras que expressem sequer medianamente seu significado, já que sua grandeza não tem graus de comparação, porque na vida da humanidade não há um ponto o qual estabeleçê-la.”²⁰⁶

Em contrapartida, o jornal “El Centinela” tem uma opinião completamente diferente daqueles que eles chamam de “os traidores da pátria” em contraponto à Lopez, que podem ser qualquer soldado desertor e até seus rivais na guerra. O jornal afirma:

Sim! A pátria é o objeto mais caro para o homem, os traidores dela são monstros desnaturalizados que profanam suas leis, desertam sua bandeira, insultam seus altares, repudiam aos Padres, detestam suas famílias, aviltam a seus amigos, rompem laços da sociedade conjugal e abandonam na orfandade a seus filhos. Esses são os traidores, e a pena que as leis de todos os tempos e lugares tem assinalado, é a capital.²⁰⁷

Não poderia faltar em meio a esses combates uma exaltação aos soldados. Numa declaração do General Osório às tropas, em 16 de abril de 1866, enquanto atravessavam o Rio Paraná para atacar o Paraguai, dizia:

²⁰¹ EL CENTINELA, op. Cit., p. 1.

²⁰² EL CENTINELA. Assunção: Número 31, 21 de novembro de 1867.

²⁰³ DORATIOTO, op. Cit., p. 314.

²⁰⁴ DORATIOTO, op. Cit., p. 314.

²⁰⁵ CABICHUI. Assunção: 17 de junho de 1867, p. 1.

²⁰⁶ CABICHUI. Assunção: 24 de Julho de 1868, p. 4.

²⁰⁷ EL CENTINELA. Assunção: Número 30, 14 de novembro de 1867, p. 1.

Soldados! É fácil a missão de combater com homens livres; basta mostrar-lhes o caminho do dever. O nosso caminho está ali em frente.

Não tenho necessidade de recordar-vos que o inimigo vencido e o paraguaio desarmado ou pacífico devem ser sagrados para um exército composto de homens de honra e de coração. Ainda uma vez mostraremos ao mundo que as legiões brasileiras no Prata só combatem o despotismo e fraternizam com os povos.

Avante soldados!

Viva o Brasil! Viva o Imperador! Viva os Exércitos aliados! ²⁰⁸

Foi no dia 19 de fevereiro de 1868 que a esquadra brasileira ultrapassou a fortaleza de Humaitá. “Vamos! Abaixo de Humaitá estão os nossos trabalhos; acima de Humaitá está a nossa glória! Mas gloria imorredoura por todos os tempos que o tipo da imprensa registra os altos feitos da humanidade, por todos os tempos que navegue nos mares o lenho atrevido chamado - navio.” ²⁰⁹ Assim fala um dia antes o jornal “Correio Mercantil”. Mais a frente, fala que aqueles que ultrapassarem a fortaleza dirão "cheios de horror sublime": "(...) aqui é a pátria da glória! Aqui uma esquadra bombardeou o impossível. E venceu-o!" ²¹⁰

O jornal "Comercial" noticia os andamentos do conflito em cinco de abril de 1868, após a conquista da fortaleza de Humaitá feita pela marinha brasileira. Falava que a construção já apresentava ruínas causadas pela esquadra brasileira que continua sua

"(...) obra de gloriosa memória não só para o Brasil, como também para àquelas nações que, como a França e a Inglaterra, (...) capazes de levarem a guerra a qualquer outra nação, (...), sabem apreciar um feito tal qual foi o de 19 de Fevereiro, onde uma esquadilha de seis navios encouraçados teve de lutar contra o fogo concentrado de mais de cem canhões, talvez, cujos diretores enraivecidos pela ousadia do inimigo, e, que quase certos da vitória, riam-se intimamente (...)" ²¹¹

O jornal compara o combate com um vulcão que a esquadra brasileira teve de enfrentar. O jornal não nos fornece mais notícias e sim opiniões. Falou que Lopez perdeu sua última esperança, além disso, o chamaram de "o egoísta". O jornal pergunta-se: o que o Paraguai conseguiu com a guerra? Chamaram o Paraguai de um país onde a luz da civilização ainda não penetrou. Falou que Lopez olhou o Brasil caminhando a passos largos na "senda do progresso" e que era um país perigoso a ele, pois um dia seu povo poderia enxergar naquele país pessoas falando: "eu sou livre", dando a impressão de que, caso não fosse declarado

²⁰⁸ MAGALHÃES, J. B. Osório: síntese de seu perfil histórico. Rio de Janeiro: Biblioteca do exército editora, 1978, p. 133.

²⁰⁹ CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro: Edição 49, 18 de fevereiro de 1868, p. 1.

²¹⁰ CORREIO MERCANTIL, Op. Cit., p. 1.

²¹¹ COMMERCIAL. Desterro: Edição 26, 5 de abril de 1868, p. 3.

guerra para derrotar o Brasil, Lopez correria o risco de perder apoio popular e estaria com os dias contados. Comenta sobre os problemas do Paraguai de continuar a guerra, pois estavam sofrendo um cerco e que a cada dia Lopez ficava mais apertado.

A polêmica Batalha de Acosta-Ñú ocorreu em 1869, onde grande quantidade de jovens paraguaios foram participantes do evento. O General Paraguaio Caballero contava com cerca de 6000 soldados, contra cerca de 20000 aliados. Junto aos soldados, havia crianças com barbas postiças no campo de batalha.²¹² Segundo Dionísio Cerqueira, os soldados paraguaios eram de grande bravura, deixando ele o seguinte relato de um soldado que havia a pouco ser abatido: “Era mais um dos heróis anônimos que lá caíram aos milhares em defesa da honra nacional, deixando os esqueletos branqueando os campos ou enterrados em covas mal cobertas.”²¹³

Cerqueira ainda relata com grande “pena” aquela cena onde muitos “soldadinhos” estavam feridos, cobertos de sangue e com as pernas quebradas. Ainda comenta que “Como eram valentes para o fogo os pobres meninos! Que luta terrível aquela entre a piedade cristã e o dever militar!”²¹⁴ Apesar de mostrarem tais sentimentos, não havia piedade para com os feridos, como no relato deixado por Pedro Werlang:

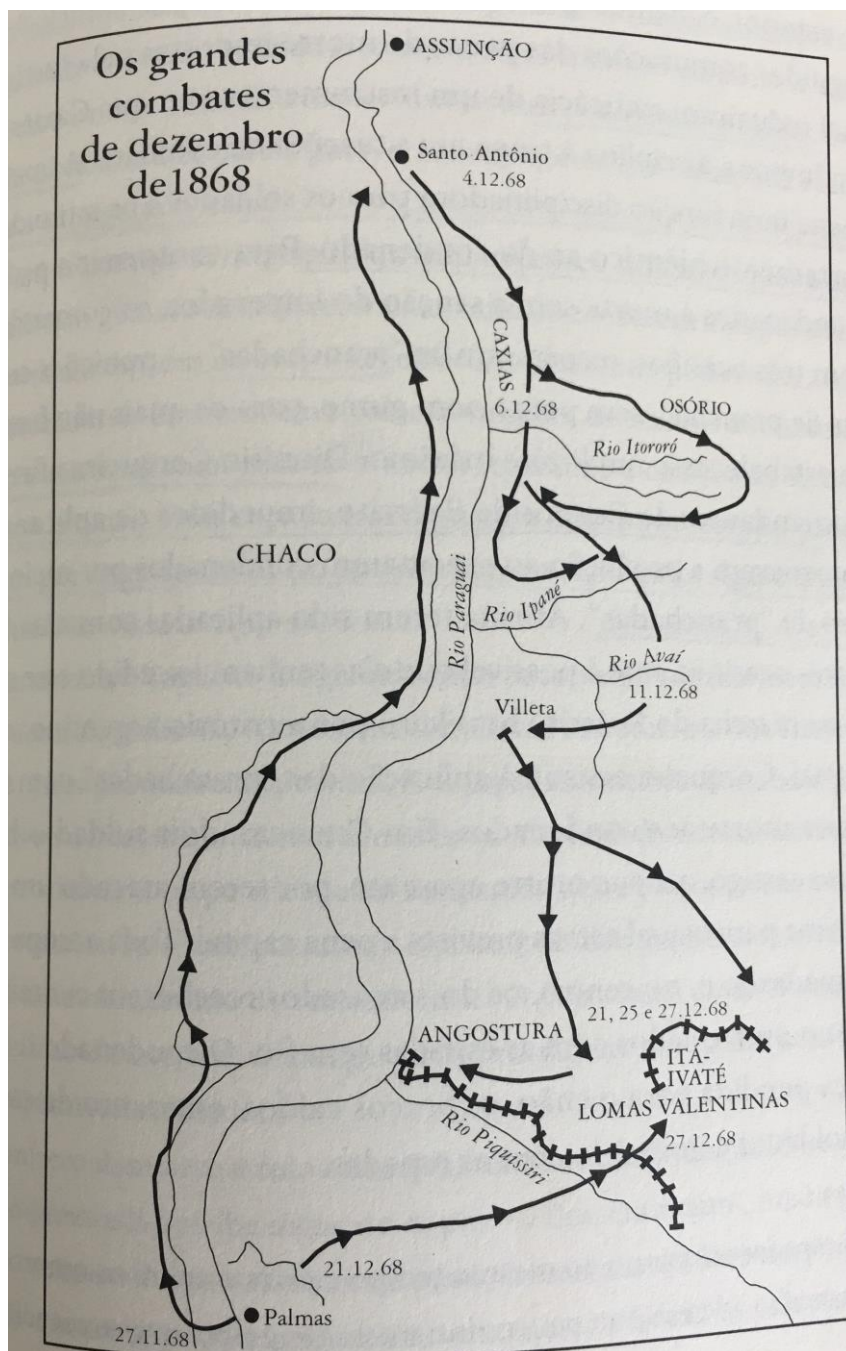
“O inimigo [paraguaio] perdeu milhares de soldados, pois não se concedia perdão; os feridos foram mortos logo que encontrados. Ainda três dias após a luta foram achados gravemente feridos no capim alto, lamentando seus ferimentos e clamando por perdão. Mas isso de nada lhes valeu.”²¹⁵

²¹² DORATIOTO, op. Cit., p. 415.

²¹³ CERQUEIRA, op. Cit., p. 327-328.

²¹⁴ CERQUEIRA, op. Cit., p. 329.

²¹⁵ Diário de Campanha do Capitão Pedro Werlang, in: BECKER, Klaus. Alemães e descendentes – do Rio Grande do Sul – na Guerra do Paraguai. Canoas: Hilgert & Filhos, 1968, p. 147.



Mapa dos principais eventos de dezembro de 1868. Disponível em: DORATIOTO, op. Cit., p. 369.

A guerra teve o que vou chamar de “dois momentos” em seu desfecho. A primeira foi quando o Duque de Caxias toma a capital Assunção e recusa-se a perseguir Lopez, pois não acreditava que haveria reação e que o massacre de homens só aumentaria com a perseguição de Lopez, fazendo com que Dom Pedro II nomeie seu genro, Conde d’Eu, para a realização dessa tarefa que terminou com a morte de Lopez; o que chamo de segundo momento. Caxias foi empossado do comando da Tríplice Aliança quando o presidente Argentina, Bartolomeu Mitre, afasta-se para solucionar problemas internos. Caxias ficou

dezessete meses preparando esforços para guerra com o propósito de por fim às hostilidades. Com a tomada de Assunção, Caxias declara vitória do Brasil, mesmo com Lopez tendo recuado e com intenções de continuar o embate, mesmo tendo suas tropas praticamente destruídas. Caxias, cansado, a abandona.²¹⁶ Então veio a Campanha da Cordilheira, liderada pelo Conde d’Eu.

“Cansados de lutar, muitos se preparavam para voltar a casa. A perspectiva de lidar com López e um exército de guerrilha por vários anos, porém, levou as lideranças políticas do império a optar pelo prosseguimento da campanha. A Campanha da Cordilheira, que se iniciou em abril de 1869, foi longa e desgastante.”²¹⁷

Em meio a essa invasão, os generais aliados enviaram uma intimação a Lopez para se render, a qual foi recusada. O jornal “O Constitucional” comenta acerca da recusa:

"Quem em nome da religião, da humanidade e da civilização assim, lhe falavam, como generais aliados, responsabilizando-os perante a republica do Paraguai, as nações aliadas e o mundo civilizado pelo sangue, que ia correr no caso de obstinar Lopez a resistir e pelas desgraças, que iam crescer às que já pesavam sobre o Paraguai.”²¹⁸

A guerra continua principalmente pela recusa de Dom Pedro II em desistir; ele quis até o fim capturar Lopez. Esse desejo não se concretizou, pois ele acabou morto em combate contra o General Câmara. Abaixo deixo anexado um soneto retirado do periódico “Voz da Verdade”, oferecido “aos Bravos Defensores da Pátria”. Essa leitura nos serve de reflexão: como era o sentimento dos jornalistas perante o Império do Brasil e nosso exército, além de como enxergavam Solano Lopez. É um soneto dedicado ao General José Antônio Corrêa da Câmara, o Visconde de Pelotas, que foi o responsável pela localização das tropas Lopez e que iniciou um combate rápido que terminou com a morte do “monstro aventureiro”.²¹⁹

Oh! Mortal, que com armas valorosas,
Gemer fizeste o monstro aventureiro,
Esgotando-lhe o esforço derradeiro,
Nas margens do Aquidában, memorosas,

Escuta as vozes mil, que, sonoras,
Repetidas no Solo Brasileiro,
A tí, com entusiasmo verdadeiro,
Livres saúdam, gratas, amorosas, -

²¹⁶ IZECKSOHN, *A guerra do Paraguai*. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (org.). *O Brasil Imperial – Vol. II*, op. Cit., p. 408-413.

²¹⁷ IZECKSOHN, op. Cit., p. 413.

²¹⁸ O CONSTITUCIONAL. Desterro: Edição 80, ano de 1869, p. 2.

²¹⁹ IZECKSOHN, op. Cit., p. 415.

Cantores, celebrai tão altos feitos;
(h)Astréa, coroi o combatente;
Marte, depõe as armas, satisfeito.

Amor pátrio, exultai, vivo, contente,
Revestido do orgulho mais perfeito,
A guerra terminou honrosamente.

L. A. da S. (Desterro, 14 de Março de 1870).²²⁰

²²⁰ VOZ DA VERDADE. Desterro: Edição 41, ano de 1870, p. 2.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Peter Burke no sétimo capítulo de seu livro “Testemunha Ocular”²²¹ nos fala um pouco sobre como é a nossa visão sobre o “outro”. Com exemplos diversos, desde camponeses e nobres até europeus e africanos, ele nos fala desse olhar que possui, para ele, duas reações possíveis. A primeira é o outro visto como reflexo do eu, a outra, e a que nos interessa, é a “(...) construção consciente ou inconsciente da outra cultura como oposta a nossa própria.”²²² Essa visão é aquela onde seres humanos, como nos, são vistos como “outros”, ou seja, em diferente condição de humanidade. Em exemplos seus citados, temos a canção de Rolando, que apresenta os muçulmanos como adoradores de uma trindade demoníaca.²²³ Em suas palavras, “(...) ‘nós’ somos humanos ou civilizados, ao passo que ‘eles’ são pouco diferentes de animais como cães e porcos (...)”.²²⁴ Essa visão é exatamente a retratada neste trabalho: para brasileiros e paraguaios, ou outro era sempre “bárbaro”.

A Guerra do Paraguai foi o mais sangrento confronto bélico na América do Sul. Com o Brasil indo “até o fim”, os gastos com a guerra foram gigantescos, a moral da tropa foi diminuindo com o passar do tempo e os desgastes políticos do país criaram grandes consequências nos anos que viriam. Há muitas evidências de que a Guerra do Paraguai foi um fator de potencialização da queda da monarquia do Brasil.²²⁵

O que evidenciei no trabalho foram os debates civilizacionais ocorridos antes e durante o evento, a linguagem política usada em tempos de guerra. Eles servem para salientar uma característica da concepção de mundo dos formadores dessas nações o qual estudamos. É claro que este é apenas um aspecto do pensamento, mas ele tem relevância. Essa ideia de civilidade contrastada com a realidade pura do Brasil, Paraguai e Argentina serviu para legitimar muitas atitudes perante as demais pessoas que não pertenciam a tal “elite”. Índios poderiam ser “educados”, por exemplo. Durante o embate, esses argumentos serviram para justificar ações bélicas um contra os outros. O Brasil poderia atacar porque seria bom para “civilizar” o Paraguai. O Paraguai poderia invadir o Brasil para preservar sua “civilidade”.

Não faltaram argumentos e chavões de forte impacto retórico para descreverem os adversários; tratá-los como se fossem mais próximos dos animais foi corriqueiro; não

²²¹ BURKE, Peter. *Testemunha Ocular*. Bauru: EDUSC, 2004.

²²² BURKE, op. Cit., p. 154.

²²³ BURKE, op. Cit., p. 154.

²²⁴ BURKE, op. Cit., p. 157.

²²⁵ Ver, por exemplo: LEMOS, Renato. *A alternativa republicana e o fim da monarquia*. In: SALLES, GRIMBERG; Ricardo, Keila. *O Brasil imperial – Volume III*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 411.

perceber a humanidade do outro é recorrente. Tudo isso serviu para justificar atitudes que apenas criaram problemas para todas as nações envolvidas.

O que ocorreu de subsequente a esse fenômeno após a Guerra do Paraguai não foi o seu desaparecimento, e sim sua intensificação, como um agravante: argumentos científicos que corroboram essa visão. Não só no Brasil, mas também na Europa, de onde essas ideias surgiram. No continente supracitado, temos, por exemplo, uma corrente influente de estudos que foi a biologia, em especial a doutrina da evolução, a qual exerceu enorme influência no pensamento social. Importante pensador do período é Herbert Spencer, que acreditava no o progresso social como um caso de uma lei cósmica universal.²²⁶ Spencer, nas palavras de Peter Gay:

“(…) acreditava que o adaptativo ‘processo purificador’ que elimina ‘doentes, os malformados e os menos rápidos ou fortes’ estava em ação tanto entre humanos como no reino animal. Ele reconhecia que era a contragosto que se via um artesão incompetente ficar com fome, um trabalhador doente ser demitido, viúvas e órfãos terem de lutar por suas próprias vidas. Mas isso não o abalava: ‘Quando vistas não separadamente, mas em conexão com os interesses da humanidade universal, essas duas fatalidades podem ser tidas como muito benéficas – a mesma beneficência que leva cedo ao túmulo os filhos de pais doentes, e faz desregrados e debilitados vítimas de uma epidemia’. As pessoas incapazes de enfrentar tais realidades eram, no julgamento de Spencer, ‘filantropos espúrios’.”²²⁷

O grande problema dessa ideia é que ela sugeria que a seleção natural sempre seleciona o mais apto para sobreviver, era uma lei da natureza, do progresso, porém ele era cego e não ético. A seleção natural não é algo moral.²²⁸ A aplicação dessa doutrina à vida em sociedade acabou por solapar os ideais humanitários de fraternidade e benevolência social. Ela conduziu a um culto do egoísmo e do militarismo social.²²⁹ Não é difícil de prever que essa ideia chegaria aos homens, que considerando inevitável a sobrevivência dos mais capacitados, e passariam a ver os ditos “não aptos” como inferiores e não merecedores de ajuda, pois isso seria perpetuar a imperfectibilidade no homem.

Não estamos aqui para aprofundar esse debate, mas apenas comentar por que caminhos essas ideias chegaram. No Brasil, vimos após a Guerra do Paraguai a ascensão da “Geração de 70”, uma nova geração de intelectuais influenciados por essas ideias, em torno do IHGB. Além da biologia, a etnografia chegou até nós, com novas problemáticas sobre nossa sociedade. Foi exatamente após a guerra e com esses novos estudos que uma definição foi buscada: criar a nossa identidade nacional a partir dessas novas ferramentas que chegaram

²²⁶ DAWSON, op. Cit., p. 73.

²²⁷ GAY, op. Cit., p. 49.

²²⁸ DAWSON, op. Cit., p. 76.

²²⁹ DAWSON, op. Cit., p. 75.

até o Brasil. Rodrigo Turin explica esse fenômeno. Segundo ele, o objetivo dessa geração foi transformar o povo em objeto de estudo. Coletar as diversas manifestações populares (folclore) e estudá-las. Era ainda um estudo rudimentar, visto que a história cultural ainda não fora desenvolvida. Essa coletânea tinha como objetivo trazer uma nova interpretação da história e da política, as ligando ao povo, para que os políticos possam conhecê-los e representá-los de fato.²³⁰

Será que esse trabalho tem relevância para a atualidade? Creio que sim, pois algo muito comum nas sociedades é taxar seus “inimigos” como seres rasteiros. Judeus e negros foram e ainda são alvos de ataques no mundo, por exemplo. Devemos estar atentos aos usos para o fato de que essas retóricas empregadas contra o outro são muito mais cortinas de fumaça que ocultam os verdadeiros desejos do indivíduo: ódio ou uma justificativa tola para subjugar a liberdade dos indivíduos.

²³⁰ TURIN, Rodrigo. *Tessituras do tempo. A história profunda da nação: conjunções e distensões entre o etnográfico e o histórico (1870-1910)*. Rio de Janeiro: ED EERJ, 2013, p. 189-246.

REFERÊNCIAS

Fontes primárias não periódicas

ASSIS, Machado de. Crônicas (1864-1867). Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre: W. M. Jackson editors, 1946.

BONIFÁCIO, José. Projetos para o Brasil. São Paulo: PubliFolha, 2000.

CERQUEIRA, General Evangelista de Castro Dionísio. Reminiscências da campanha do Paraguai 1865-70. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

Diário de Campanha do Capitão Pedro Werlang, in: BECKER, Klaus. Alemães e descendentes – do Rio Grande do Sul – na Guerra do Paraguai. Canoas: Hilgert & Filhos, 1968.

Fontes primárias periódicas

COMMERCIAL. Desterro: 5 de abril de 1868.

O CONSTITUCIONAL. Desterro: Edição 80, ano de 1869.

VOZ DA VERDADE. Desterro Edição 41, ano de 1870.

CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro: 18 de fevereiro de 1868.

A PATRIA. Rio de Janeiro: Número 6, 2 de julho de 1865.

A PATRIA. Rio de Janeiro: Número 6, 2 de julho de 1865.

SEMANA ILUSTRADA. Rio de Janeiro: 14 de abril de 1867.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba: Número 603, 8 de junho de 1865.

DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba: Número 596, 14 de junho de 1865.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife: Número 158, 13 de julho de 1865.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Recife: Número 159, 14 de julho de 1865.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo: Número 2730, 2 de julho de 1865.

DIABO COXO. São Paulo: 31 de dezembro de 1865

CABRIÃO. São Paulo: 5 de maio de 1866.

EL PARAGUAYO INDEPENDIENTE. Assunssão: 26 de abril de 1852.

CABICHUI. Assunssão: 17 de junho de 1867.

CABICHUÍ. Assunssão: 7 de outubro de 1867.

CABICHUI. Assunssão: 24 de Julho de 1868.

EL CENTINELA. Assunssão: 9 de maio 1867.

EL CENTINELA. Assunssão: 14 de novembro de 1867.

EL CENTINELA. Assunssão: 21 de novembro de 1867.

EL CENTINELA. Assunssão: 7 de novembro de 1867.

SEMANARIO DE AVISOS E CONOCIMIENTOS UTILES. Assunssão: 24 de junho de 1865.
SEMANARIO DE AVISOS E CONOCIMIENTOS UTILES. Assunssão: 29 de abril de 1865.
SEMANARIO DE AVISOS E CONOCIMIENTOS UTILES. Assunssão: 18 de novembro de 1865.
SEMANARIO DE AVISOS E CONOCIMIENTOS UTILES. Assunssão: 19 de agosto de 1865.
EL NACIONAL. Buenos Aires: 11 de abril de 1865.

Fontes secundárias

AZEVEDO, Fernando. A Cultura Brasileira. Rio de Janeiro: Editora UNB / Editora UFRJ, 1996.

BAEZ, Cecilio. Polémica sobre la historia del Paraguay. Assunción: Editorial Tiempo de historia, 2008.

BARBATO, Luis Fernando Tosta Barbato. Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 11, no 22.

BETHELL, Leslie. A Guerra do Paraguai: 130 anos depois. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

BRAVO, Héctor Félix. Domingo Sarmiento. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

BURKE, Peter. Testemunha Ocular. Bauru: EDUSC, 2004.

CANDIDO, Antônio. Formação da literatura brasileira. Belo Horizonte: Itatiaia, 1981, v.2.

CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: um longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. Pontos e bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CHIAVENATTO, Julio José. Genocídio Americano: A guerra do Paraguai. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CUNHA, Manuela Carneiro. História dos índios no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

DARNTON, Robert. O beijo lamourette: Mídia, cultura e revolução. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DAWSON, Christopher. Progresso e Religião. São Paulo: É Realizações, 2012.

DI TELLA, Torcuato S. História social da Argentina contemporânea. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.

DORATIOTO, Francisco. Maldita Guerra. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

- ELIAS, Norbet. O processo civilizador. Volume 1: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- FERREIRA, Gabriela Nunes. O Rio de Prata e a consolidação do Estado Imperial. São Paulo: HUCITEC, 2006.
- GALASSO, Norberto. Sarmiento ¿Civilizado o bárbaro? Buenos Aires: Centro Cultural "Enrique S. Discépolo", 2003.
- GAY, Peter. O Cultivo do ódio. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IZECKSOHN, Vitor. O Cerne da Discórdia. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1997.
- KAPLAN, Marcos. Desintegração e dependência. In: IDEM. Formação do Estado Nacional da América Latina. Tradução. Lygia Maria Baeta Neves. Rio de Janeiro: Livraria Eldorado Tijuca Ltda, 1974.
- LACERDA, Gustavo Biascaia de. Augusto Comte e o “Positivismo” redescoberto. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 17, n. 34. 2009.
- LEMONS, Renato. A alternativa republicana e o fim da monarquia. In: SALLES, GRIMBERG; Ricardo, Keila. O Brasil imperial – Volume III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.
- LIMA, Oliveira. O Império Brasileiro (1821-1889). Belo Horizonte: Itatiaia, 1989.
- LOHN, Reinaldo Lindolfo. Uma historia fardada: a Guerra contra o Paraguai vista de Santa Catarina. In: BRANCHER, Ana; AREND, Silvia M. F. (org.). História de Santa Catarina no século XIX. Florianópolis: EdUFSC, 2001.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio de periódicos. In: PINKSY, Carla Bassanesi. Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2008.
- MAESTRI, Mário. A Guerra Contra o Paraguai: História e Historiografia: Da instauração à restauração historiográfica [1871-2002]. La Guerra del Paraguay: historiografías, representaciones, contextos – Anual del CEL, Buenos Aires, 3-5 de noviembre de 2008, Museo Histórico Nacional, Defensa 1600 Nuevo Mundo/Mundos Nuevos.
- PAIM, Antonio. Momentos decisivos da história do Brasil. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- PIRES JUNIOR, Arnaldo Lucas. Guerra do Paraguai: uma barbárie pela civilização. Rio de Janeiro: REVISTA ESTUDOS POLÍTICOS Vol. 8 | N.1 ISSN 2177-2851.
- PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. “O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro é o representante das ideias de ilustração que em diferentes épocas se manifestaram no continente”. In: Revista do IHGB. Rio de Janeiro, nº 1, 1839.
- QUEIROZ, Silvânia de. Revisando a Revisão. Porto Alegre: Clube de Autores, 2014.
- RAMOS, Jorge Abelardo. História da nação latino-americana. Florianópolis: Insular, 2014.
- ROMERO, Roberto A. Protagonismo historico del idioma guaraní. Assunción: Arte Final, 1998.

SALES Jr., Ronaldo. Nascimento da nação: Estado, modernização nacional e relações étnico-raciais entre o Império e o início da República. Recife: Unisinos, Volume 44/número 2/mai/ago 2008.

SARMIENTO, Domingo Faustino. Facundo: civilização e barbárie. Petrópolis: Vozes, 1996.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. O Espetáculo das raças. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. As barbas do Imperador. São Paulo: Companhia das letras, 2012.

SILVA, Rafael Ricardo de. “FACUNDO – CIVILIZAÇÃO E BARBÁRIE”: UMA INTERPRETAÇÃO DA ARGENTINA PÓS-INDEPENDÊNCIA. Ameríndia: volume 3, número 1/2007.

SOSA, Derocina Alves Campos. A história política do Brasil (1930-1934) sob a ótica da imprensa gaúcha. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2007.

TORAL, André. Imagens em Desordem. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 2001.

TURIN, Rodrigo. Tessituras do tempo. Rio de Janeiro: ED EERJ, 2013.